

**BANCO SANTANDER CONSUMER  
PORTUGAL, S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 ACOMPANHADAS DA  
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

Maio de 2008

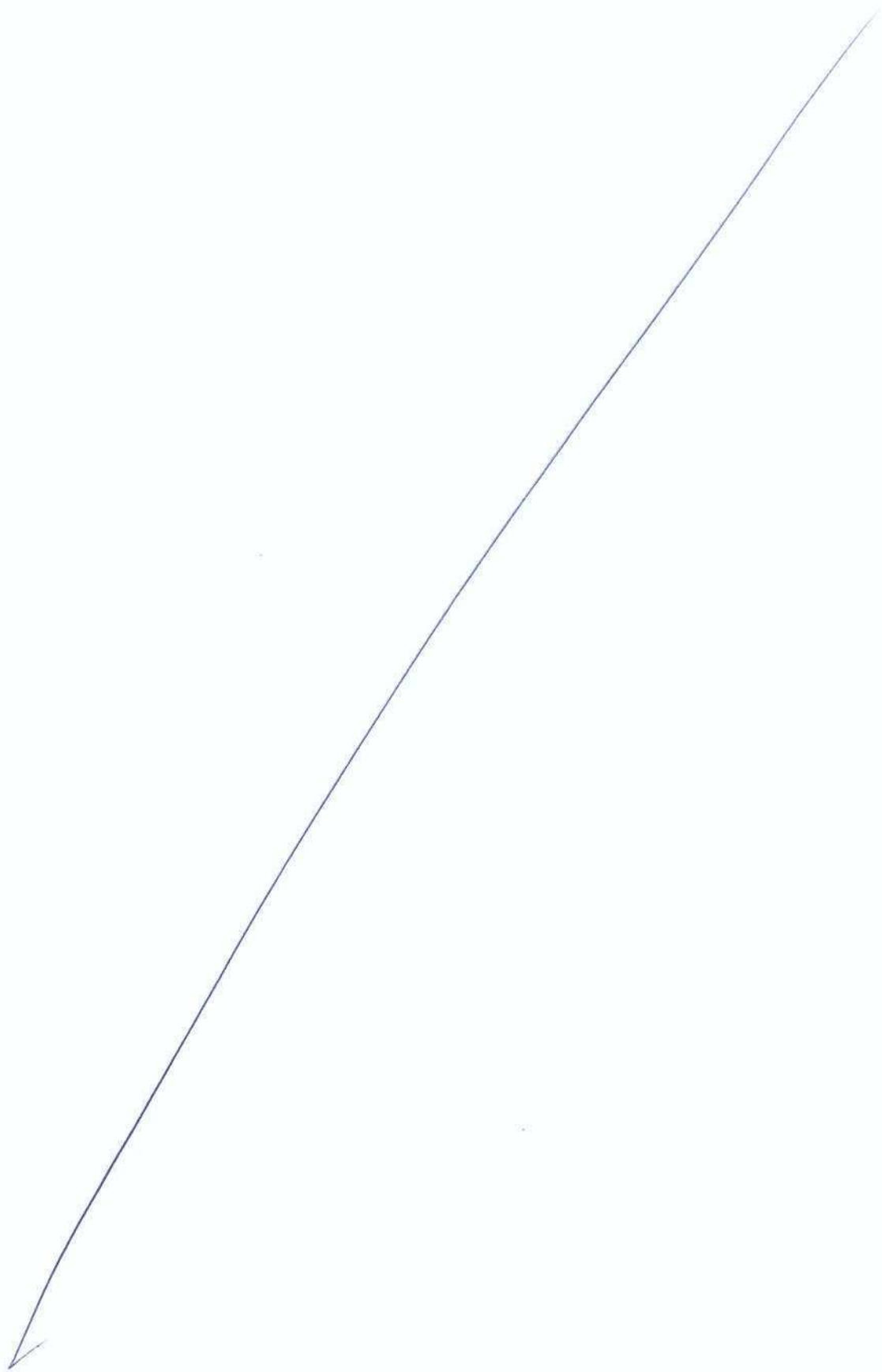
# ÍNDICE

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Síntese da Actividade do Exercício	3
Enquadramento Macroeconómico	5
O Modelo de Negócio	11
Mercados Automóvel e de Financiamento	13
Negócio e Mercado de Crédito ao Consumo e Cartões de Crédito	16
Negócio Crédito Directo	17
Evolução Global do Negócio	18
Actividade nas Redes de Distribuição	23
Evolução das Demonstrações Financeiras	27
Gestão Financeira	31
Gestão de Risco	35
Recuperação de Crédito	36
Operações	38
Sistemas de Informação	40
Recursos Humanos	41
Proposta de Aplicação de Resultados	42



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature, a smaller signature, and the initials 'PS'.



Re

o

BS

2

## SÍNTESE DA ACTIVIDADE DO EXERCÍCIO

Em 2007, além da envolvente externa que naturalmente influenciou a actividade do Banco, conforme teremos oportunidade de constatar mais à frente, houve duas fases distintas com fortes implicações na alteração da composição da estrutura accionista. Primeiro, no dia 2 de Janeiro de 2007, concretizou-se o aumento de capital por via da integração das então sucursais do Grupo Santander dedicadas ao crédito ao consumo. Posteriormente, no final do ano, o Grupo Santander acabou por adquirir à SAG os 40% do capital totalizando, em 2008, 100% do Capital Social. Assim a actividade de gestão passou a ser integralmente da competência do Grupo Santander.

Como corolário, durante 2007, a gestão de carácter operacional do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. já estava totalmente integrada em cada uma das respectivas Direcções para todos os produtos permitindo uma melhoria gradual da eficiência (esta rácio terminou o ano com 49.2% quando comparado com 2006, 50.2%). Paralelamente o Banco expandiu a sua actividade de negócio, crescendo no financiamento de automóveis usados e lançou o crédito pessoal por via de actividades de *cross-selling* à carteira de clientes.

Alias, conforme as expectativas criadas no início de 2007, as vendas a retalho do mercado automóvel tiveram um ligeiro crescimento, tendo essencialmente alimentado o canal de rent-a-car e gestoras de frotas. As vendas a cliente final (particular) não apresentaram crescimento, afectando o volume de capital financiado, com uma ligeira quebra, naquela linha de produto.

À semelhança de anos anteriores os índices de consumo privado e de confiança do consumidor não tiveram uma evolução que permitisse catalisar as vendas de carros e de bens de consumo que, por si, permitam ao Banco crescer nas suas linhas de negócio. Por isso, a actividade comercial centrou-se sempre na tentativa de captação de novos clientes, sejam pontos de venda (concessionários de marca, retalhistas, etc) ou na melhoria da oferta de produtos directamente aos clientes.

Apesar do ambiente adverso na venda de automóveis novos o Banco fechou 2007 com uma quota de mercado do financiamento no ponto de venda próxima dos 22% mas com uma quebra de capital financiado de 12%, continuando no entanto a ser a maior linha de negócio e geradora de activo.

A expansão da actividade de financiamento de automóveis usados permitiu atingir um crescimento de 40% para 11% de quota de mercado no ponto de venda, crescer 9% no crédito ao consumo para uma quota de mercado de 14% no final do ano. A actividade de cartões de crédito também foi positiva (+33%) para 30 milhões de euros e o volume de crédito directo atingiu, no primeiro ano, € 12 milhões de euros acompanhado de bons indicadores de risco, reflexo das políticas de crédito e comercial adoptadas.

Foi neste contexto que o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. atingiu um volume anual de capital financiado de 510 milhões de euros – um +5,4% face ao ano anterior – resultado dos bons níveis de envolvimento e aderência alcançados e da expansão em produtos para além do financiamento automóvel.

A evolução positiva no segmento de Não Franchisados (usados) teve como corolário um crescimento para 120 milhões de euros, em comparação com periodo homólogo um acréscimo



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left, a smaller signature below it, and a signature on the right with the number '3' written above it. The initials 'PS' are written below the signature on the right.

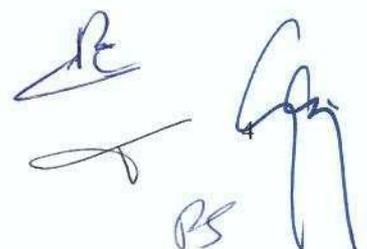
de 40 milhões de euros, resultante da alteração do modelo comercial e do re-posicionamento da sua proposta de valor para este segmento de negócio, diferenciando-a da do financiamento no canal de concessionários de marca.

Como actividade complementar, a sua actividade seguradora, apresentou um crescimento de 1,9 milhões de euros de prémios, superior a 15%, atingindo no final de 2007 níveis de penetração acima dos 60% que posteriormente vieram a ser condicionado por via da nova Lei de Mediação de Seguros.

Com o aumento do volume de negócios a carteira de crédito a clientes veio a cifrar-se, no final exercício de 2007, em 1.234 milhões de euros, o que significou um crescimento de 42% face ao período homólogo. Entre o valor mencionado está incluída igualmente a carteira de crédito respeitante a produtos de financiamento de tesouraria aos operadores de mercado automóvel (crédito stock, contas correntes, factoring) que atingia no final do período 153 milhões de euros, significando um crescimento a rondar os 5% face a 2006.

A qualidade da carteira de crédito é uma das fortes características do Banco. No último trimestre de 2007 mesmo os segmentos com maior risco de crédito, como é o exemplo da carteira de crédito ao consumo, já evidenciaram uma melhoria comportamental, com redução dos indicadores de delinquência daquela linha, e que se tinham consubstanciado no segundo trimestre numa fatia significativa do total de provisões constituídas. Não obstante o total das provisões constituídas no exercício continua a ser muito baixo o que demonstra da qualidade do activo sob gestão.

Os resultados líquidos atingiram 16.663 milhares de euros, um crescimento de 33% sobre os resultados alcançados em 2006, assegurando uma remuneração média dos capitais próprios de 16,1% e uma remuneração média do activo de 1,5%.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'RE', 'PS', and a large signature.

## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

### A. Enquadramento Internacional

Apesar da deterioração da envolvente macroeconómica, decorrente do encarecimento do financiamento e das matérias-primas (com forte destaque para o preço do petróleo e bens alimentícios), a actividade económica mundial expandiu-se a um ritmo próximo do observado no ano anterior, por força da recomposição geográfica das fontes de dinamismo económico (com a Rússia e sobretudo a Ásia a conseguirem compensar alguns sinais menos positivos dos EUA, Japão e Europa).

Tal como referenciado o ano foi caracterizado por uma nova subida dos preços internacionais das matérias-primas, em particular quando avaliada em euros. Em termos médios anuais, a inflação reduziu-se ligeiramente nas economias avançadas mas registou um aumento nas economias de mercado emergentes e em desenvolvimento.

### EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

Taxas de variação em percentagem

PIB	2005	2006	2007
Economia mundial	4,4	5,0	4,9
Economias avançadas	2,6	3,0	2,7
EUA	3,1	2,9	2,2
Japão	1,9	2,4	2,0
Área do euro	1,7	2,9	2,6
Alemanha	1,0	3,1	2,6
França	1,7	2,2	1,9
Itália	0,6	1,8	1,5
Espanha	3,6	3,9	3,8
Portugal	0,9	1,3	1,9
Reino Unido	1,8	2,9	3,1
Novas economias industrializadas da Ásia	4,8	5,6	5,6
Economias emergentes e em desenvolvimento	7,1	7,8	7,9
Países asiáticos em desenvolvimento	9,0	9,6	9,7
China	10,4	11,1	11,4
Índia	9,1	9,7	9,2
América latina	4,6	5,5	5,6
Europa central e de leste	6,1	6,6	5,8
Com. De Estados Independentes (CEI)	6,5	8,2	8,5
África	5,7	5,9	6,2
Médio Oriente	5,7	5,8	5,8

Fontes: FMI, INE e Banco de Portugal



As condições nos mercados financeiros internacionais permaneceram em geral favoráveis na primeira metade do ano, mas deterioraram-se significativamente na segunda metade do ano, observando-se um aumento abrupto da volatilidade dos mercados obrigacionistas e accionistas e um alargamento substancial dos spreads nos mercados de dívida privada. Verificaram-se igualmente perturbações significativas nos mercados monetários interbancários. Nos mercados cambiais, o dólar dos EUA acentuou a tendência de depreciação observada no ano anterior.

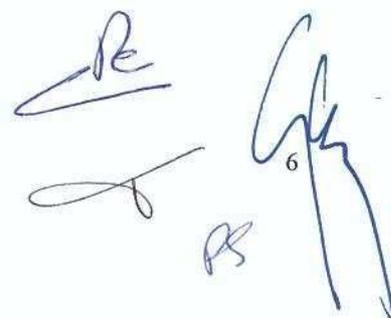
O ano de 2007 ficou marcado pela forte instabilidade dos mercados financeiros, que se iniciou no Verão e foi desencadeada por preocupações crescentes com a evolução dos financiamentos a clientes com características subprime, conduzindo alguns dos principais Bancos mundiais a reconhecer perdas significativas e históricas.

Consequentemente e à medida que o sector financeiro foi sendo atingido por elevadas perdas, as facilidades de crédito global diminuíram (credit crunch), assistindo-se posteriormente a uma escassez da liquidez que teve como consequência não só o aumento das taxas intra bancárias mas também dos *spreads* de contratação, com os mercados monetários, quer na Europa quer nos EUA, a provarem estar mais dependentes da crise do sector bancário, do que propriamente da actuação dos Bancos Centrais.

Os bancos centrais ao constatarem a redução acentuada do número de transacções e ao aumento do diferencial entre as taxas de juro do mercado e as taxas de referência da política monetária, intervieram no mercado, procedendo a injeções sucessivas de liquidez, que tendo contribuído para alguma regularização das condições de financiamento nos prazos mais curtos, não evitaram que persistissem perturbações nos prazos iguais ou superiores a um mês.

No que se refere aos principais índices accionistas, a evolução destes mercados foi dominada por uma volatilidade elevada, tendo-se assistido ao movimento de fuga aos activos de maior risco, ainda assim, e em termos de comparação de finais de ano, com excepção para o índice Nikkei do Japão, os principais índices accionistas registaram ganhos. O Dow Jones Eurostoxx na área do euro valorizava cerca de 5%, enquanto o Standard and Poors 500 nos EUA, e o Footsie 100 no Reino Unido, avançavam ambos 4%, o Nikkei 225 no Japão foi o único que desvalorizou, tendo recuado cerca de 11%.

De acordo com as mais recentes estimativas do Fundo Monetário Internacional, a economia global deverá continuar a crescer em 2008, ainda que abrandando um pouco o ritmo, acentuando-se ainda mais a recomposição geográfica das fontes de dinamismo económico. Os EUA correm o risco de entrar em recessão no primeiro semestre, a Europa caminha para uma "aterragem" suave e os mercados emergentes continuarão a crescer (ainda que a taxas inferiores), com especial destaque para a Ásia.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left, a smaller signature below it, and a large signature on the right with the number '6' written below it.

## B. Zona Euro

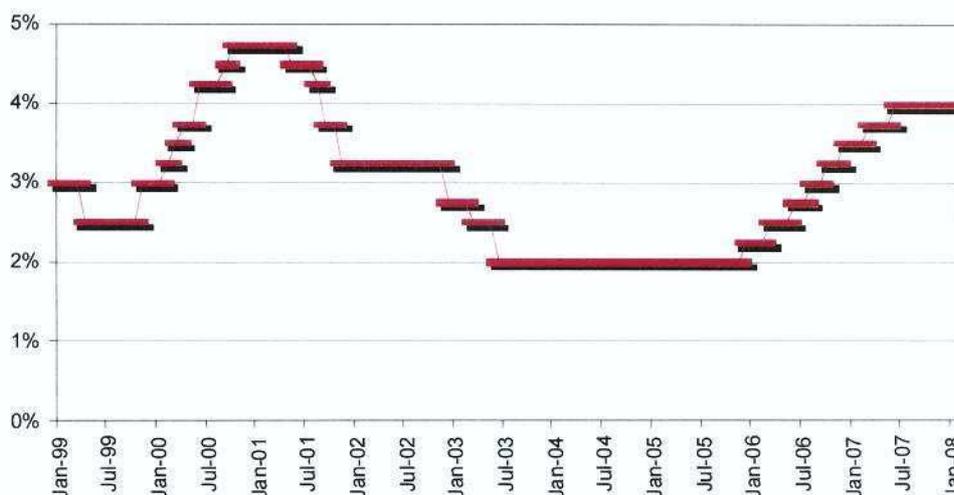
Na zona do euro, o ritmo de expansão da actividade económica reduziu-se de 2.9 para 2.6 por cento em 2007. Esta evolução resultou de uma redução do contributo da procura interna, uma vez que o contributo das exportações líquidas para o crescimento aumentou.

O consumo privado registou um abrandamento, enquanto que o consumo público apresentou um crescimento próximo do observado no ano anterior. O investimento manteve um dinamismo apreciável, embora exibindo igualmente alguma moderação face ao ano anterior resultante do comportamento do investimento residencial.

As exportações de bens e serviços mantiveram um crescimento apreciável em 2007, apesar da apreciação nominal efectiva do euro, num contexto de expansão robusta da procura externa. O abrandamento da actividade em 2007 foi extensível às grandes economias da área do euro, com excepção da Espanha onde o crescimento foi idêntico ao observado no ano anterior. Algumas pequenas economias da área do euro, onde se inclui Portugal, registaram uma ligeira aceleração.

Na zona Euro continuou a persistir um cenário de pressões inflacionistas, com a taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor a situar-se acima do limite de estabilidade de preços, nos 2,1%, permanecendo praticamente inalterada face ao ano anterior, quando esta tinha evoluído 2,2%. Esta ligeira redução da inflação no conjunto de 2007 esteve associada à apreciação do euro e ao menor crescimento do preço internacional do petróleo avaliado em dólares, cuja evolução em termos de média anual se cifrou em 9,5%, tendo-se observado uma variação praticamente nula quando avaliado em euros (0,4%). No final do ano, o preço do Brent situava-se em cerca de 95 US\$ contra cerca 61 US\$ no final de 2006, o que significa uma variação de 55%.

**Main Refinancing Interest Rate – Eurosystem**  
Valores em percentagem



Em termos de política monetária, o ano de 2007 continuou marcado por um ciclo de subida das taxas de juro de referência do Banco Central Europeu (BCE). Durante a primeira metade de 2007, o BCE prosseguiu a redução gradual do carácter acomodatório da política monetária na área do euro, por forma a combater as pressões inflacionistas que poderiam por em causa a estabilidade de preços a médio prazo, aumentando a taxa de juro mínima aplicável às operações principais de refinanciamento por duas vezes, em Março e Junho (aumentos de 25 pontos básicos cada), num total de 50 pontos básicos em termos cumulativos anuais, fixando aquela taxa no final de 2007 em 4,00% - totalizando uma subida acumulada de 200 pontos básicos desde Dezembro de 2005.

Em 2007, os mercados cambiais mantiveram, em geral, as tendências observadas no ano anterior. O euro registou uma apreciação de cerca de 6% em termos nominais efectivos entre o final de 2006 e o final de 2007. A apreciação foi generalizada face às moedas com peso relevante no cabaz do índice de taxa de câmbio efectiva, tendo sido particularmente expressiva face ao dólar. O euro valia no final do ano 1,47 US\$ (contra 1,32 US\$ no final de 2006).

De acordo com informação recente, será expectável que na economia da zona do euro as apertadas condições de financiamento se façam sentir nos investimentos ao longo de 2008, e que os elevados preços das matérias primas associados à apreciação da moeda moderem a procura dos consumidores.

### C. Economia Portuguesa

A economia portuguesa manteve em 2007 uma trajectória de recuperação, com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a situar-se no máximo dos últimos seis anos. É de assinalar que esta evolução está assente no comportamento dinâmico do sector exportador e que ocorreu num contexto de continuação do processo de consolidação orçamental e de manutenção de um crescimento relativamente moderado do consumo privado, dinâmicas que devem ser avaliadas à luz da necessidade de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa.

Não obstante a evolução observada, a economia portuguesa continuou a evidenciar um crescimento tendencialmente inferior ao observado em anteriores ciclos económicos, bem como ao verificado nos países europeus com níveis de rendimento per capita inferiores à média da União Europeia (UE). Não se pode deixar de assinalar que a variação do PIB foi, pelo sexto ano consecutivo, inferior à observada na área do euro, continuando, deste modo, a acentuar-se a diferença face ao respectivo nível médio de rendimento per capita.

O crescimento do PIB em 2007 situou -se em 1.9%, após 1.3% em 2006. O dinamismo da economia traduziu-se, do lado da oferta, numa aceleração da produtividade total dos factores. Esta aceleração encontra-se associada à utilização mais intensiva dos factores de produção já existentes, aos habituais desfasamentos cíclicos na criação de emprego e na instalação produtiva de novos investimentos, bem como ao gradual processo de reestruturação empresarial em curso, num quadro global caracterizado por uma maior concorrência e por uma alteração marcada das vantagens comparativas da economia portuguesa.



## PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

Taxas de variação em percentagem

	2005	2006	2007
<b>PIB</b>	<b>0,9</b>	<b>1,3</b>	<b>1,9</b>
Consumo Privado	1,9	1,2	1,5
Consumo Público	3,2	-1,2	-0,1
FBCF	-0,9	-1,6	3,2
Exportações	2,1	9,2	7,5
Importações	3,5	4,3	5,7
Procura Interna	1,5	0,2	1,7
Procura Externa	6,0	8,1	5,1
<b>Contributo para a variação do PIB (p.p.)</b>			
Procura Interna	1,6	0,2	1,8
Procura Externa	-0,7	1,1	0,1
<b>IHPC</b>	<b>2,1</b>	<b>3,0</b>	<b>2,4</b>
Taxa Desemprego (% da população activa)	7,6	7,7	8,0
Desemprego longa duração (% desemprego total)	49,9	51,7	48,9
Saldo Orçamental (% PIB)	-6,1	-3,9	-2,6
Dívida Pública	63,6	64,7	63,6

Fontes: INE e Banco de Portugal

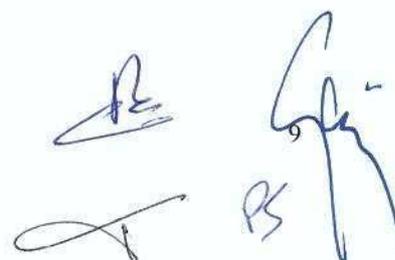
Do lado da procura, a aceleração económica esteve associada ao comportamento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e do consumo de bens duradouros. Este comportamento sucede a um período prolongado em que estes agregados evoluíram abaixo do seu crescimento tendencial e ocorreu num contexto de melhoria global da confiança dos empresários, de factores específicos de natureza fiscal ao nível da aquisição de veículos automóveis, e num quadro em que a turbulência nos mercados financeiros internacionais ainda não se teria repercutido de forma visível nas condições de financiamento do sector privado não financeiro.

A evolução das exportações em 2007 continuou a traduzir a crescente integração global da economia portuguesa. Apesar do menor ritmo de crescimento em 2007.

Um facto marcante da economia portuguesa em 2007 foi a deterioração das condições do mercado de trabalho, com um crescimento líquido quase nulo do emprego e um aumento da taxa média de desemprego para um nível historicamente elevado de 8.0%, subindo 0,3 pontos percentuais face a 2006.

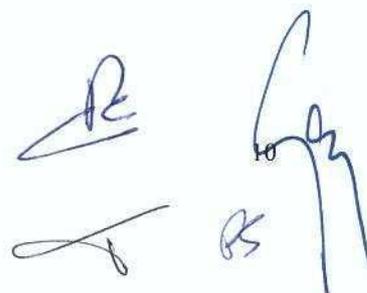
A evolução das condições do mercado de trabalho, em conjugação com o aumento da carga fiscal e a subida das taxas de juro, contribuiu para o crescimento relativamente contido do consumo privado em 2007, que se situou em 1.5%.

Em 2007 prosseguiu o processo de consolidação das contas públicas, cuja plena consecução surge como fundamental para a criação de um quadro de estabilidade macroeconómica conducente a um crescimento sustentado da economia portuguesa no médio e longo prazos. O défice orçamental apresentou novamente uma redução significativa e superior à prevista, passando de 3.9% do PIB em 2006 para 2.6% em 2007.



Este resultado implica o claro cumprimento do valor de referência para o défice no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Em termos intra-anuais, a segunda metade de 2007 foi marcada por dois choques externos com importantes repercussões numa pequena economia aberta como a portuguesa, plenamente integrada em termos económicos e financeiros. O primeiro foi a significativa turbulência nos mercados financeiros internacionais, e o segundo foi a expressiva subida dos preços das matérias -primas nos mercados internacionais, em particular do petróleo e das matérias -primas alimentares. Este último efeito motivou, nos últimos meses do ano, um acentuado perfil ascendente dos preços. No entanto a inflação, medida pela taxa de variação média anual do IHPC, diminuiu de 3.0%, em 2006, para 2.4% em 2007.

The image shows four handwritten signatures in blue ink, arranged in two pairs. The top pair consists of a signature on the left and a more complex signature on the right. The bottom pair consists of a signature on the left and a signature on the right that includes the letters 'RS'.

## O MODELO DE NEGÓCIO

O modelo de negócio do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. evoluiu de um modelo que se baseava única e exclusivamente em relações de ponto de venda no sector automóvel, de crédito ao consumo e de programas de cartão de crédito *co-branded*, tendo dado um passo muito importante na gestão da relação directa com o cliente final, proporcionando a oferta de produtos financeiros e não financeiros directamente aos seus clientes.

Este novo elemento veio alterar não só o tipo de competências de gestão comercial, mas também toda a infra-estrutura tecnológica e de processo (risco de crédito e operações) preparando o Banco para um crescimento importante nos próximos anos nesta nova linha de actuação. A gestão do conhecimento na exploração da bases de dados, estudo do comportamento dos clientes finais e evolução da oferta com vista à optimização das taxas de retorno são elementos fundamentais para evolução da gestão de cartões de crédito, empréstimos pessoais e actividade seguradora (esta última reflexo da nova Lei de Mediação de Seguros que veio moderar a intermediação pelos pontos de venda).

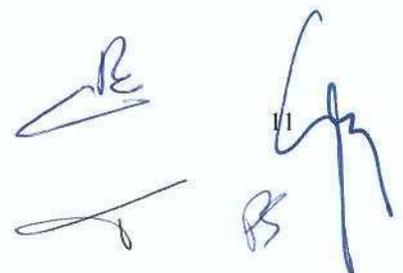
## NEGÓCIO AUTOMÓVEL

Em 2007, o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. consolidou a sua posição no sector automóvel, conjugando a manutenção da mesma abordagem nas parcerias com algumas das principais marcas de automóveis e a evolução do mercado na óptica da consolidação da distribuição ao nível dos grupos de retalho multimarca. Esta estratégia obteve resultados significativos no sucesso da consolidação dos principais acordos de parceria com Marcas e Grupos de Retalho. Por outro lado a segregação do negócio de concessionários de marca do negócio com carácter independente / não franchisado por adaptação do modelo comercial, permitiu, conforme nossas expectativas, uma renovada interacção no mercado de viaturas usadas resultando na sustentabilidade das relações no médio/longo prazo e no aumento da penetração do mercado.

### Oferta de Produto

A matriz de produtos disponibilizada pelo Banco contempla um conjunto de soluções para todo o ciclo de vida de um automóvel e respectivos intervenientes, resultando desde já da combinação dos produtos especializados na relação com os importadores aos produtos de financiamento à actividade e à tesouraria conforme distribuição em seguida exposta.

- Importadores:
  - Crédito stock viaturas novas e usadas;
  - Campanhas de financiamento.
- Rede de distribuição:
  - Crédito stock de viaturas novas e usadas;
  - Campanhas de financiamento;
  - Produtos de apoio à tesouraria;
  - Viaturas de demonstração e de serviço.
- Clientes de financiamento (utilizadores do automóvel):

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a stylized 'R', a signature, and the initials 'BS'.

- Aluguer de Longa Duração;
- Locação Financeira;
- Crédito Tradicional;
- Crédito Intersolução;
- Seguro de protecção ao crédito;
- Seguro automóvel;

De salientar que a combinação de produtos e a apetência comercial resultaram numa oferta que permite aos parceiros autonomia e independência na sua gestão operacional.

### Canais e Redes de Distribuição

Dando continuidade à transformação da estrutura comercial e redes de distribuição ocorrida na segunda parte de 2006, em 2007 o modelo de comercial foi o seguinte.

- Rede Franchisados:
  - Marcas: SIVA (Volkswagen, Audi e Skoda), Mitsubishi, Seat, Kia, Isuzu e Hyundai, e acordos de parceria com grupos de relevo no negócio automóvel (Grupo Salvador Caetano Grupo Entrepasto, Grupo Evicar, Grupo Soauto, Grupo Coutinho, Grupo MS Car, Grupo JAP entre outros);
  - Grupos e Concessionários cuja facturação seja maioritariamente de viaturas novas.
- Rede Não Franchisados:
  - Grupos, Concessionários e Stands cuja facturação seja maioritariamente de viaturas usadas.
- ~~Sucursais~~: *Delegações*:
  - Funcionam como apoio à actividade das equipas comerciais que acompanham os prescritores da zona geográfica em que se situam.
- Telemarketing:
  - Como suporte aos parceiros na catalização da repetição de financiamento para venda de viaturas novas ou usadas;

A segmentação da actividade comercial nas redes Franchisada e Não Franchisada permitiu uma adequação do perfil comercial, de acompanhamento e dinamização adequada às necessidades de cada rede, que são bem diferenciadas.

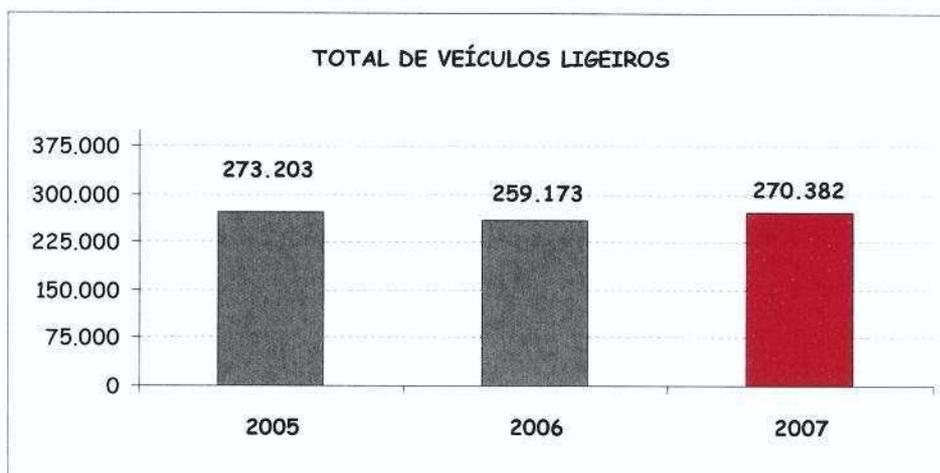
O resultado foi um aumento do financiamento de 298 para 405 milhões de euros representando um crescimento de 40% na rede Não Franchisada e um crescimento de prémios de seguros de protecção de crédito na ordem dos 85% para 6,550 milhares de euros.

*Resumido: "Sucursais"*  
*Acentuado: "Delegações"*

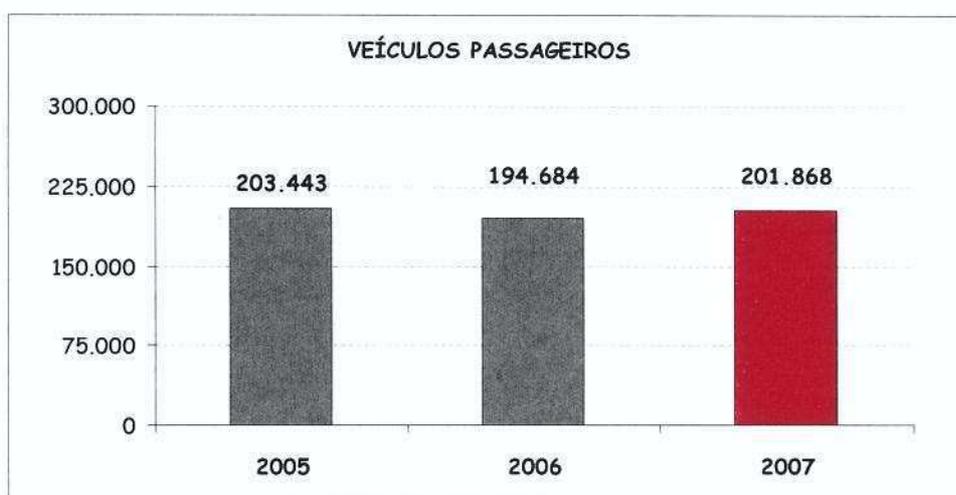
## MERCADOS AUTOMÓVEL E DE FINANCIAMENTO

O mercado de veículos ligeiros registou uma evolução positiva entre 2006 e 2007 tendo apresentado um crescimento de 4,3% face ao período homólogo anterior. No total foram vendidas 270.382 unidades.

À semelhança de 2006, o ano de 2007 também se pautou por um incremento generalizado nas vendas directas a Rent-a-Cars por parte dos importadores / distribuidores e nas vendas a empresas de Renting com impacto directo na colocação de operações de financiamento a cliente final (utilizador da viatura).

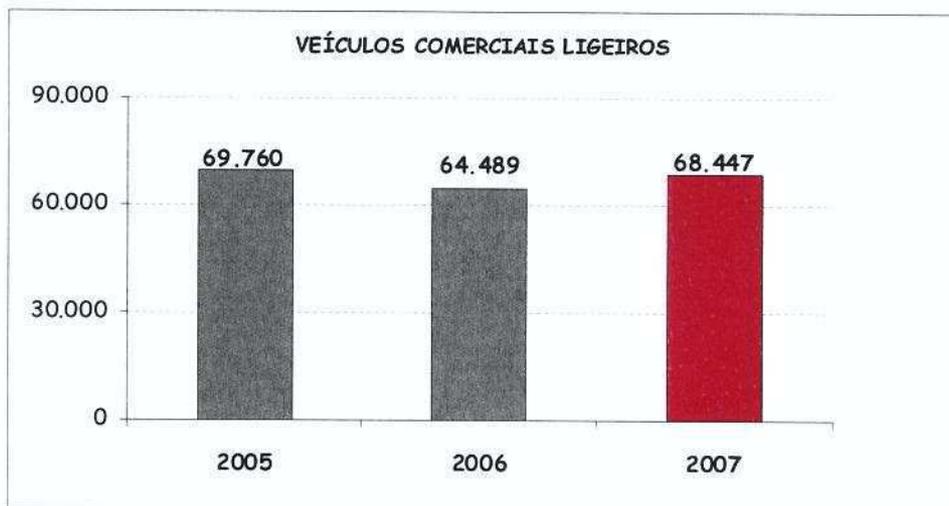


Por tipo de veículos, a categoria de passageiros, que inclui os veículos todo-o-terreno, registou um crescimento de 3,7%, com 201.868 unidades matriculadas, representando, no entanto, um crescimento inferior ao apurado referente ao mercado.



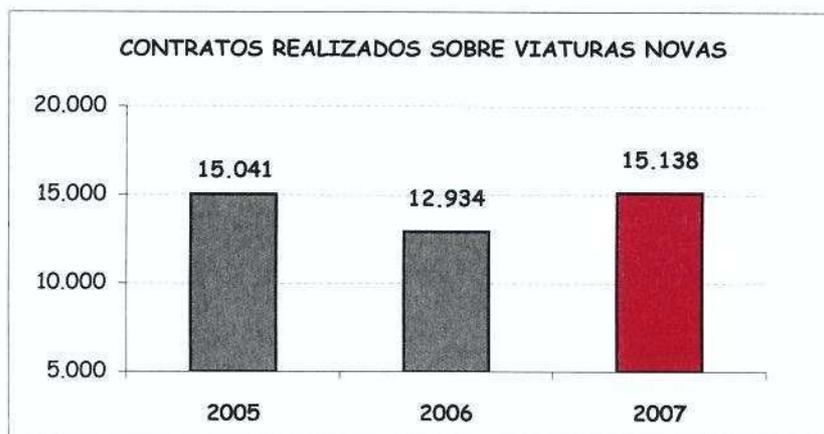
*[Handwritten signatures and initials]*  
13

No que concerne aos Veículos Comerciais Ligeiros com mais 3.958 veículos matriculados, esta categoria atingiu um crescimento de 6,2% face ao efectuado em 2006, com um total de 68.447 unidades matriculadas em 2007.



Relativamente ao número de contratos formalizados em 2007, num total de 15.138, quando comparado com o período anterior, este indicador representou um crescimento de 17%.

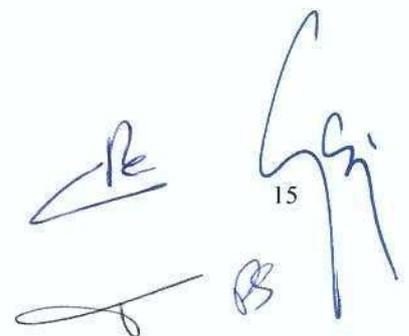
Para este resultado contribuiu essencialmente o fraco crescimento do mercado de vendas de automóveis a cliente final e também uma ligeira evolução positiva nas vendas nas marcas que mantém parcerias com o Banco Santander Consumer Portugal.



*[Handwritten signatures and initials]*

De salientar a actividade de financiamento de viaturas usadas que sofreu uma evolução positiva, crescendo 40% em volume de financiamento para 154 milhões de euros. A tática centrou-se no desenvolvimento da actividade comercial suportada numa oferta para o canal de distribuição Não Franchisado, com níveis de serviço e produtos específicos àquela rede.

A colocação de produtos de financiamento automóvel resultou, segundo dados da ASFAC respeitantes ao financiamento no ponto de venda, numa posição de liderança no financiamento de automóveis novos com 22% de quota de mercado e de 11% no sector de viaturas usadas avançando no ranking para a quarta posição.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a stylized 'R', a signature with '15' below it, and other initials.

## NEGÓCIO E MERCADO CRÉDITO AO CONSUMO E CARTÕES DE CRÉDITO

Como corolário da integração das sucursais o Banco Santander Consumer Portugal herdou a actividade de crédito ao consumo e de cartões de crédito daquelas unidades. Durante 2007 o negócio de crédito ao consumo manteve a sua estrutura de produto no que diz respeito à distribuição de produtos financeiros, a cliente final, por manutenção de um portfolio de opções diversificado:

- Clientes de financiamento (utilizadores do bem adquirido):
  - Crédito Tradicional com Juros;
  - Crédito Tradicional sem Juros;
  - Crédito Misto (com e sem Juros);
  - Seguros de protecção ao crédito;

Em 2007 a actividade evoluiu de forma positiva tendo atingido 61 milhões de euros de capital financiado, representando um crescimento de 34%.

Este segmento de negócio é muito directamente afectado pela evolução do consumo privado que, no segundo semestre de 2007 apresentou uma desaceleração significativa. Assim o crescimento dos volumes de financiamento surgiu através do aumento de distribuição. O estabelecimento de parcerias fortes, por um lado, na fidelização dos principais parceiros e, por outro, pela actividade comercial de angariação faz com que o Banco Santander Consumer seja, hoje, a entidade com maiores parcerias ao nível da grande distribuição.

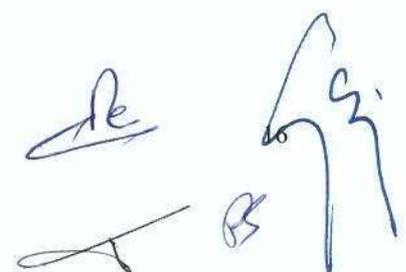
Já na vertente dos Cartões de Crédito o posicionamento do Banco Santander Consumer Portugal centra-se num conjunto de produtos que permitem aos nossos parceiros de negócio trabalhar os seus clientes na vertente de fidelização. A nossa proposta de valor é materializada em:

- Cartões de Crédito Privativos ("Private Label Credit Card");
- Cartões de Crédito Co-branded (Mastercard ou VISA)

A combinação de produtos de crédito ao consumo com a de cartões de crédito, permitem ao Banco Santander Consumer Portugal ter um leque completo de oferta de soluções aos pontos de venda, combinação essa que muitas vezes convive numa mesma parceria.

O mercado de crédito ao consumo, segundo informação prestada pelos associados da ASFAC (financiamento de bens e serviços a cliente final no ponto de venda) apresentou uma regressão, em valor, de 14% face a 2006. Em número de contratos o decréscimo foi cerca de 9% indiciando um aumento do valor médio de contratos de 5%.

Este mercado caracteriza-se por ser altamente concentrado, com os três principais operadores a deterem uma quota ligeiramente superior a 85% do Mercado. No final de 2007 o Banco Santander Consumer Portugal ocupava a terceira posição no ranking com uma quota de Mercado de 16%.

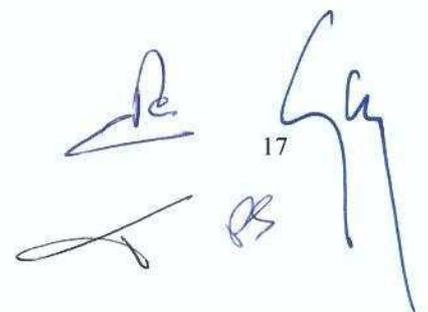
Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller initials or marks on the left.

## NEGÓCIO CRÉDITO DIRECTO

Em linha com o plano estratégico e com o desenvolvimento do modelo de negócio do Banco Santander Consumer Portugal, 2007 foi o primeiro ano de actividade do crédito directo. A actividade comercial centrou-se no desenho de uma oferta atraente, que pretende favorecer os nossos clientes.

A proposta de valor centra-se na segmentação da carteira de clientes, através de análise sócia demográfica, e por comercializar empréstimos pessoais multiusos. As taxas de conversão através de marketing directo situam-se perto dos 5%, posteriormente optimizadas por contacto telefónico, e o valor médio de operação cifra-se em cerca 2,800 euros, tendo sido formalizados cerca de 40% dos pedidos de cliente, sendo que esta taxa de concretização sobe consideravelmente quando há pré aprovação concedida.

No total de 2007 o volume de capital financiado ascendeu a 12,600 milhares de euros em linha com o plano operacional estabelecido para o exercício.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and smaller initials on the left.

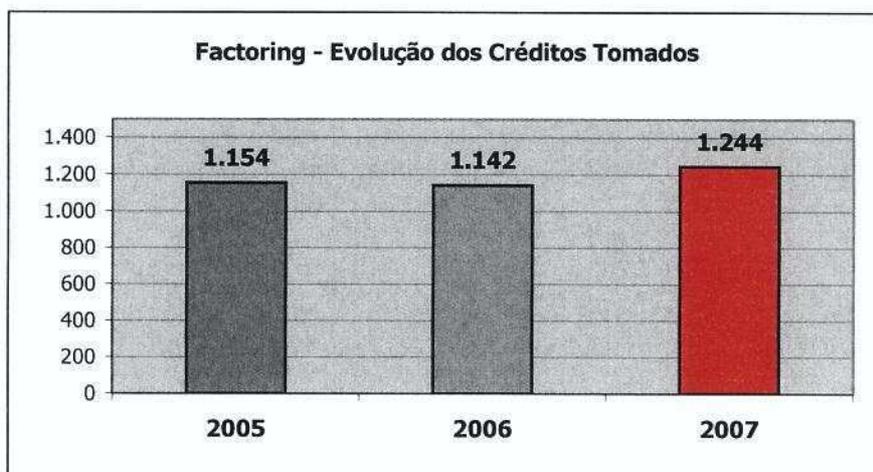
## EVOLUÇÃO GLOBAL DO NEGÓCIO

### Gestão de Cobranças e Financiamento de Stocks (*Factoring*)

Da matriz de produtos completa e abrangente que o Banco dispõe, salienta-se em particular o serviço de gestão de facturação (*factoring*) e consequente apoio ao *stock* que é disponibilizado aos concessionários das Marcas. O Banco Santander Consumer Portugal dinamizou esta plataforma e expandiu a sua actividade de financiamento de marca para além das que vinha a gerir. Assim, além dos anteriores acordos, nomeadamente as marcas VW, Audi, Skoda, Mitsubishi e SEAT foram implementados mais três programas, nomeadamente KIA, Isuzu e Ssang Young.

Neste âmbito, verificou em 2007 um ligeiro crescimento (9%) no que respeita ao valor dos créditos tomados que, apesar de em algumas marcas ter apresentado uma contracção, veio a ser compensado pelo aumento do perímetro das marcas com as quais mantemos parcerias vindo a atingir um total de 1.244 milhões de euros.

Assim podemos considerar que o resultado global é positivo pois conseguiu-se centrar esta actividade numa só plataforma operacional e informática e com valor acrescentado dos níveis de serviço.



Nesse mesmo enquadramento o Banco desenvolveu, sobre a mesma plataforma operacional e informática, uma oferta mais abrangente e complementar à actividade dos concessionários e comerciantes de automóveis. Em 2007 a comercialização de produtos de financiamento de stock de usados, adiantamento de produção e contas correntes caucionadas dedicadas à actividade aumentou 5% para um valor de 153 milhões de euros de activo sob gestão tendo, no total, mais de 769 linhas atribuídas.

18  
B

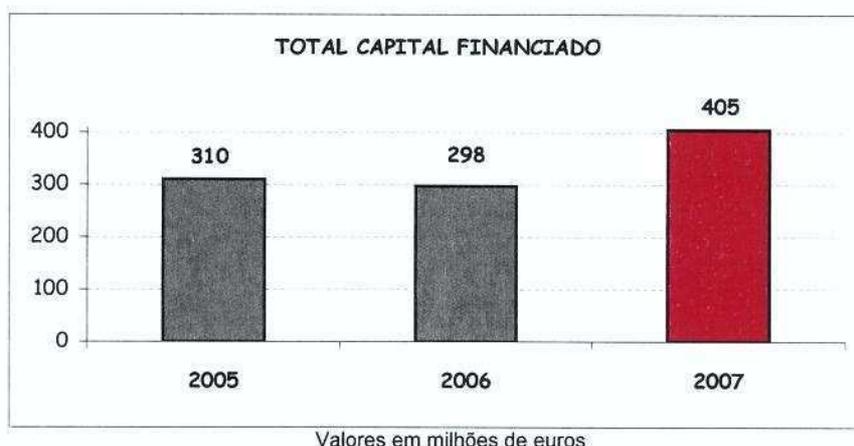
## Financiamento à Aquisição de Veículos Automóveis

A matriz de produtos do Banco apresenta soluções de financiamento directas e indirectas:

- Directas: ALD, Locação financeiro e Crédito (Tradicional e Intersolução);
- Indirectas: AOV (renting) cuja contratação é da responsabilidade da Multirent.

Ao contrário de anos anteriores, o capital financiado total regista um aumento de 0,5% face a 2006 (perímetro equivalente). Este facto confirma a necessidade de expansão no segmento de viaturas usadas por contrapartida de uma ligeira redução na actividade de viaturas novas. Para esta última não é alheia a evolução negativa do mercado a particulares e a política de preço mais conservadora do Banco especialmente nos produtos de Leasing e ALD.

O aumento apurado no segmento de viaturas usadas para 154 milhões de euros representa um crescimento de 38% e reflecte o sucesso da estratégia de distribuição encetada em 2006.



Relativamente ao número de contratos realizados assistiu-se a um aumento face a 2006 no segmento de viaturas novas revelando uma inversão do comportamento registado naquele ano muito sustentado pela quebra de alguns segmentos de mercado de automóveis novos que historicamente eram fortes contribuintes para o total de número de contratos.

Por outro lado, no segmento de viaturas usadas acompanhou o crescimento do volume de capital financiado, aumentando cerca de 30% para 13.000 contratos colocando o global de novos clientes do Banco, originados através das redes de distribuição numa posição globalmente positiva.

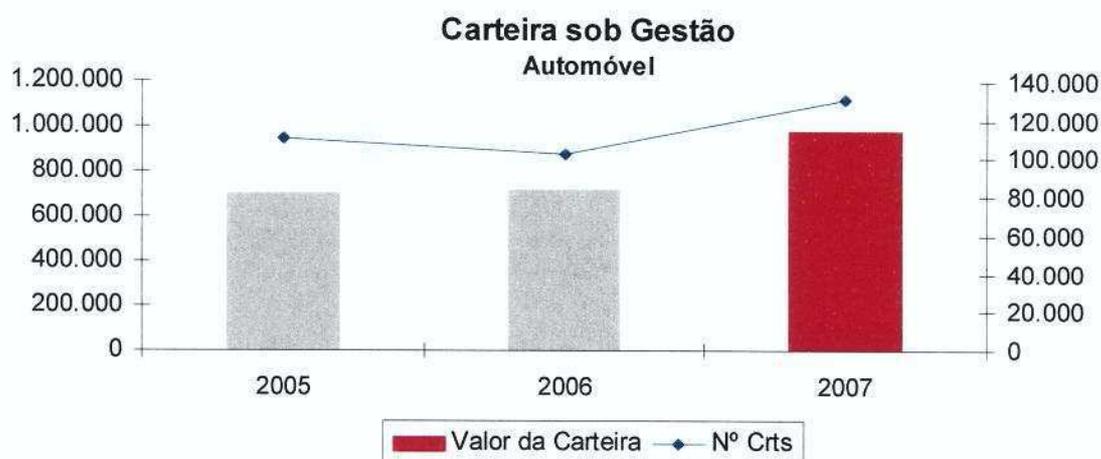


*[Assinaturas manuscritas]*

19

## Carteira sob Gestão

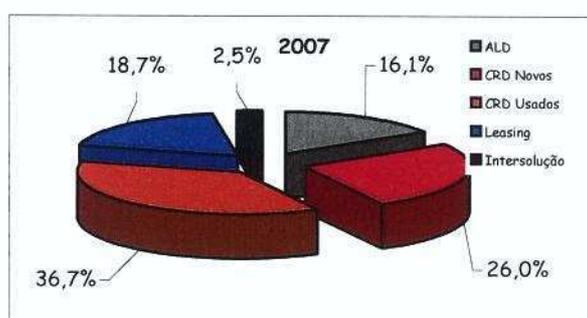
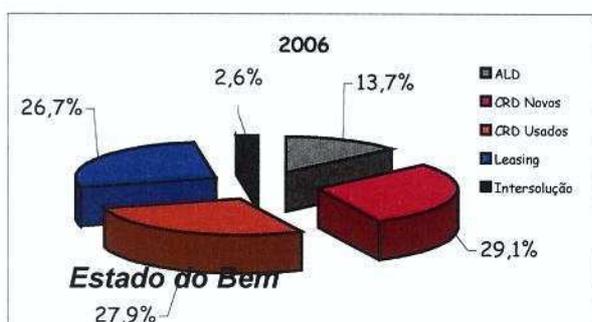
A carteira sob gestão de contratos de financiamento automóvel (ALD, Crédito e Leasing e líquida de provisões), desde 2004 que tem vindo a apresentar um comportamento negativo tendo atingido em 2006 o seu valor mais baixo de 718.681 milhares de euros. Em 2007, numa comparação em perímetro constante, o Banco Santander Consumer Portugal, conseguiu inverter essa tendência já prolongada com origem no então Interbanco, registando um aumento de 3,7% da carteira automóvel sob gestão.



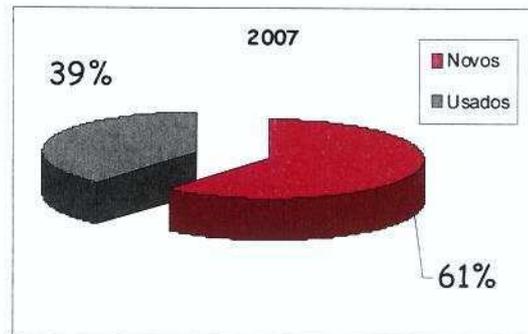
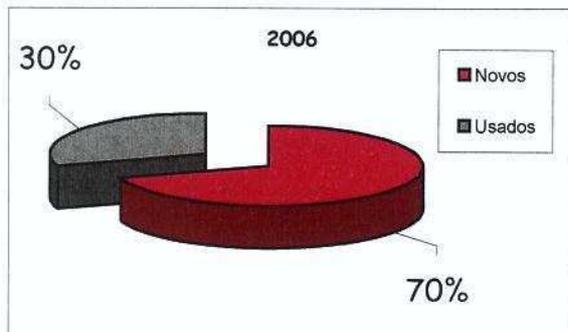
A integração das carteiras oriundas das antigas sucursais em Portugal do Santander Consumer, combinadas com o projecto de expansão no segmento de financiamento no negócio Não Franchisado, tiveram resultados muito positivos ao nível da inversão da tendência de redução da carteira, que em 2007 evoluiu 37% para um valor de 984.728 milhares de euros.

## Mix de Produtos

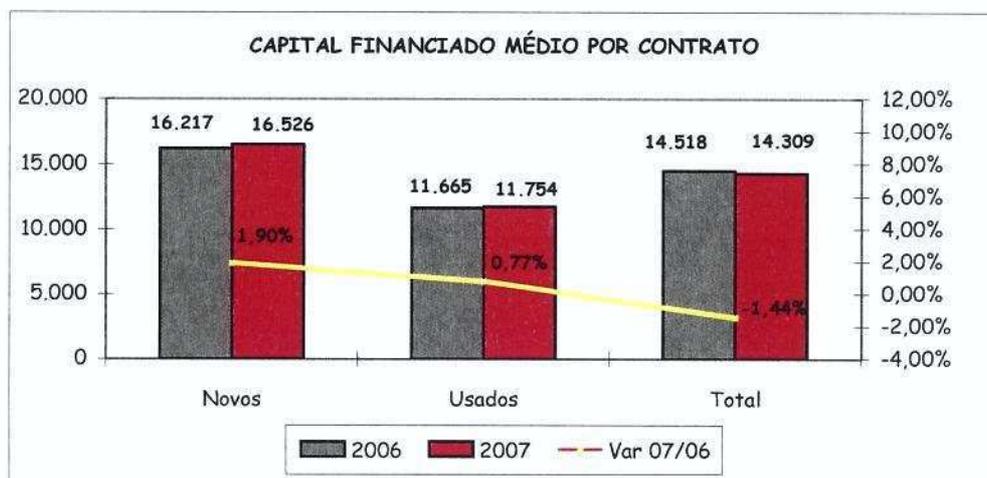
Em termos de capital financiado em 2007, a evolução do *mix* de produtos revela um crescimento do Crédito e uma diminuição no peso do Leasing devido essencialmente à nova abordagem implementada ao mercado de viaturas usadas tendo presente que o Crédito é o principal produto utilizado neste segmento de mercado.



À semelhança do mencionado relativamente ao mix de produto, as mesmas razões são aplicáveis para entender o aumento do peso das viaturas usadas em 8pp face a 2006 totalizando 38%, aliás uma tendência que já se vinha notando em 2006.



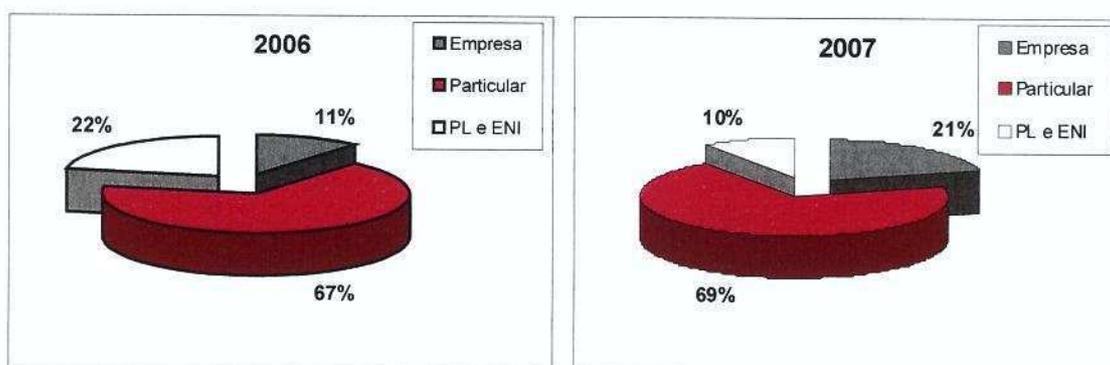
Relativamente ao capital financiado médio por contrato, foi registada uma ligeira diminuição face a 2006, inferior a 2%, devido essencialmente à actualização verificada no preço das viaturas novas, diminuição da entrada inicial entregue pelos clientes e aumento do número de financiamentos nas Marcas com acordo de parceria que vendem viaturas de gama média / alta, assim como à alteração do perfil de novo negócio angariado pelo Banco, com preponderância crescente dos veículos usados – que têm capital financiado médio inferior aos veículos novos.



Handwritten signatures and initials, including "PS" and a date "21".

### Tipo de Cliente

Analisando a distribuição do capital financiado por tipologia de cliente, constata-se uma alteração significativa. A categoria dos Particulares reforçou bastante o seu peso nesta distribuição em 2p.p. por contrapartida do decréscimo registado na categoria das Empresas, Empresários em Nome Individual e Profissionais Liberais. Para este facto terão contribuído a quebra no mercado da venda dos veículos comerciais (não frotas / não rent-a-car) assim como a retracção em matéria de investimento destes agentes no contexto de alguma fragilidade económica e financeira que se continuou a verificar ao longo de 2007, também por reflexo da crise dos mercados financeiros que teve o seu anúncio em Agosto de 2007.

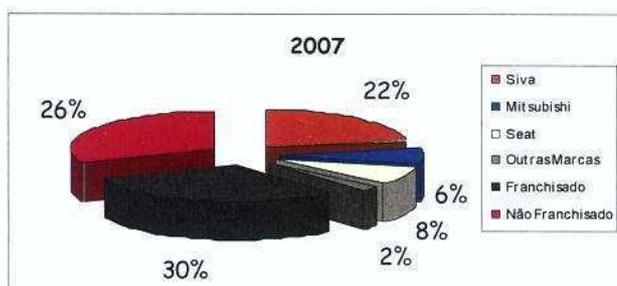
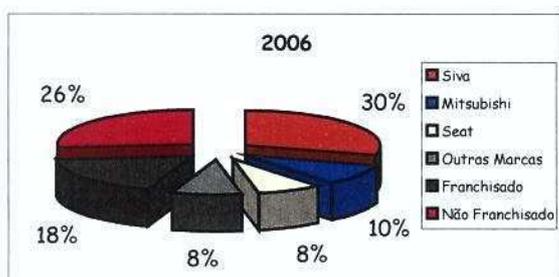


A análise do capital financiado médio por contrato em função da tipologia de clientes corrobora as conclusões anteriormente apresentadas à que acresce que o aumento do peso no financiamento de automóveis usados aparentando um capital financiado médio inferior aos demais sub-segmentos de clientes final e que se nos singirmos as viaturas novas não é real.

## ACTIVIDADE NAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO

### Redes de Distribuição Automóvel

A análise de captação de novos negócios, em termos de volume de capital financiado, por parte das diferentes redes comerciais constituídas no seguimento da reestruturação das áreas comerciais (embora mantendo igualmente na base o critério adoptado em anos anteriores de agrupamentos entre acordos existentes e segmento multimarca) apresenta-se da seguinte forma:



Através de uma análise cuidada ressalta que as marcas SIVA mantêm o seu peso relativo no total do capital financiado, e que o negócio suportados em grupos de retalho teve uma redução ligeira da sua contribuição por contrapartida de um negócio proveniente da rede Não Franchisada ou Franchisada independente. Este facto reflecte o posicionamento do Banco quanto às redes de distribuição premiando uma gestão prudente das margens de negócio.

#### ▪ Marcas e Rede Franchisada

As redes de Marcas, registaram alteração do seu peso na sua contribuição para o volume total de produção do Banco para cerca de 39% (+1,5pp), agregam os negócios com origem nas redes de concessionários:

- SIVA – representante das marcas Volkswagen, Audi e Skoda em Portugal
- Mitsubishi – acordo de parceria com o distribuidor MMP para Portugal
- SEAT – acordo de parceria com o fabricante e distribuidor para Portugal
- Kia e Izusu – acordo de parceria com o distribuidor para Portugal
- Hyundai - através do Grupo Entreposto

Apesar de termos reduzido o peso dos grupos multimarca no total da produção, por via do aumento da rede Não Franchisada e dos Franchisados independentes com acordo de marca, continuamos a nossa política de conjugação da sua relação de prestação de serviços de financiamento de marca com a concentração com os Grupos de Retalho assegurando as parcerias que, durante todo o ano – à semelhança das marcas – veio a ser determinante na contribuição para o total do volume de capital financiado em 2007. Nomeadamente Grupo Salvador Caetano Grupo Entreposto, Grupo Evicar, Grupo Soauto, Grupo M Coutinho, Grupo MS Car e Grupo Gocial e JAP Automotive são alguns exemplos.

Assinaturas manuscritas e data 23.

As marcas com quem o Banco mantém protocolos específicos de gestão integrada do financiamento à actividade dos seus concessionários e o financiamento ao retalho foram responsáveis por um volume de capital financiado de 157 milhões de euros angariado em 2007, superior ao valor registado em 2006 em 4%, assume grande relevância quando integrado num contexto de fraco desenvolvimento vendas de viaturas ligeiras a retalho em algumas das marcas referidas.

De facto, algumas destas marcas registaram um aumento nos níveis de aderência nas vendas de viaturas novas bastante expressivo também por via da consolidação do posicionamento de benefícios proporcionados às várias redes de concessionários, ao abrigo dos Protocolos Financeiros, com vista à sua adequação ao mercado de financiamento e à realidade das vendas de cada marca *de per si*. A permanente adequação do pricing em vigor ao contexto de taxas do mercado, foi outra das preocupações constantes por forma a manter os níveis de competitividade em linha com o mercado, conjugado com uma grande preocupação ao nível da rentabilidade do novo negócio.

Do mesmo modo, salienta-se que, a nível nacional, se reforçaram as parcerias estabelecidas com importantes grupos de retalho multimarca que passou especialmente por um estreito acompanhamento e gestão destes acordos. Para tal, o modelo comercial que assenta na manutenção de reuniões periódicas mensais entre o Banco e as estruturas dirigentes dos parceiros, efectuando análises detalhadas de performance e motivando as equipas comerciais para o desenvolvimento do negócio por via do desenvolvimento de acções de fidelização que lhe foram dirigidas.

#### ▪ Rede Não Franchisada

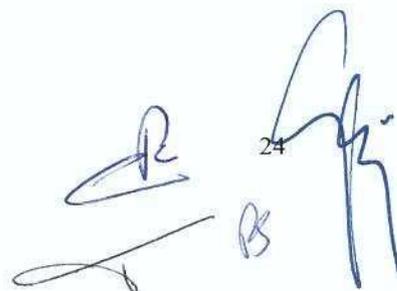
O volume de financiamento angariado pela rede de Não Franchisados situou-se nos 120 milhões de euros, valor claramente superior ao total do negócio angariado em 2006.

No que respeita a esta área de negócio, manteve-se o enfoque no crescimento e reforço de um vasto número de parcerias com grupos de retalho automóvel focalizados no segmento dos usados, parcerias com concessionários assim como um conjunto alargado de acordos.

Não obstante o referido, é importante salientar o elevado contexto de competitividade do mercado nesta área de negócio que, de alguma forma, condiciona as condições nas quais o Banco consegue gerir e aprofundar os acordos angariados. Acresce a este facto a manutenção da estratégia adoptada em anos anteriores de protecção à qualidade do crédito angariado, não obstante ser uma linha de negócio muito recente.

Contudo, e no seguimento da alteração de posicionamento que o Banco adoptou, de clara aposta na área de negócio dos usados e conquista de quota de mercado neste segmento, foram desenvolvidas acções tácticas para suportar a expansão da distribuição. Para tal, o Banco contou igualmente com a elevada especialização que detém na área de financiamento automóvel e que lhe permitiu atingir os valores de crescimento expressivos no decorrer deste ano.

Utilizando a sua plataforma tecnológica o produto de financiamento ao stock de viaturas usadas foi adaptado para poder desenvolver parceria com leiloeiras, em especial a Manheim com quem o Banco iniciou uma série de actividades que resultam numa combinação adequada de financiamento ao stock no acto da compra de leilões com benefícios para o concessionários pois a proposta de valor é posteriormente complementada pelo financiamento a cliente final.



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page. There are three distinct signatures, with the initials 'BS' written below them.

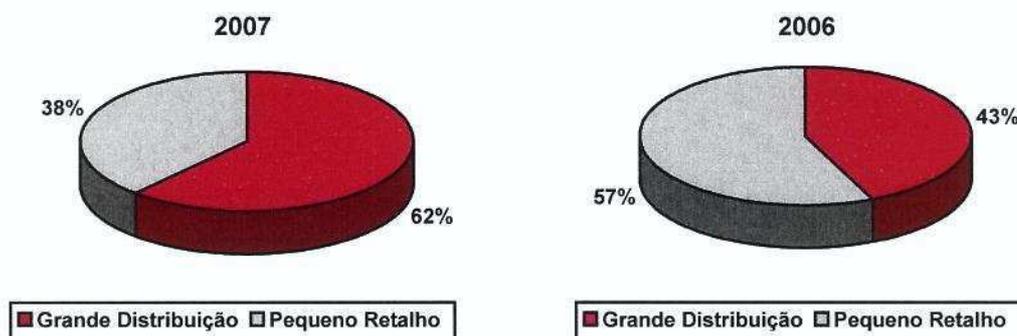
## Redes de Distribuição Crédito ao Consumo / Cartões de Crédito

### ▪ Crédito ao Consumo

O modelo de distribuição de crédito ao consumo passa por estabelecer parcerias com pontos de venda com o objectivo de financiar bens e serviços vendidos a cliente final. O Banco tem uma plataforma muito versátil que permite não só actuar em diversos sectores (electrodomésticos, mobiliário, viagens, saúde, etc) com combinações de produto adequadas a cada sub-segmento.

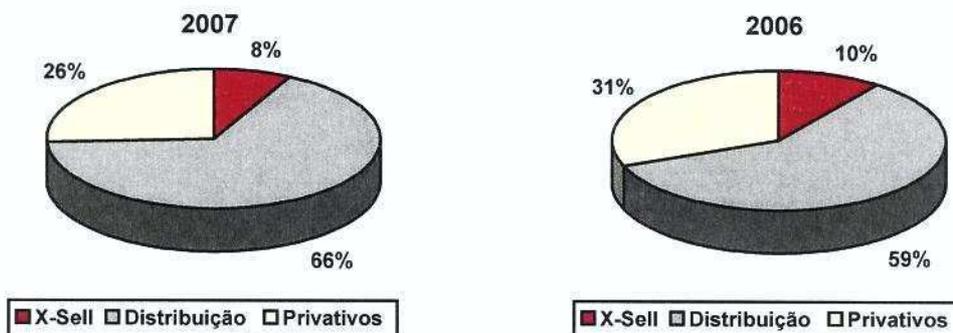
Nesta linha de negócio as parcerias são suportadas por relações comerciais com grandes retalhistas que actuam na Grande Distribuição como sejam Staples Office Center, Media Markt, Rádio Popular, Viagens Marsans, Chip 7 e o pequeno retalho independente.

O Banco pretendeu, durante 2007, manter uma distribuição equilibrada entre as redes associada a uma gestão prudente do risco, tendo sido voluntariamente selectivo na escolha das parcerias. Durante 2007 o volume de capital financiado total atingiu 62 milhões de euros contra 56 milhões no ano anterior com aumento por via do crescimento do peso na grande distribuição:



### ▪ Cartões de Crédito

Já quanto aos cartões de crédito, essencialmente comercializados por via do x-sell à base de clientes ou através de angariação no ponto de venda, neste caso sob a modalidade de co-branding (insígnia, VISA ou Mastercard e Santander Consumer) ascendeu a uma facturação total de cerca de 24 milhões de euros, um crescimento de 33% e nos cartões privados o total de transacções captadas financiou 8 milhões de euros. Assim a distribuição teve a seguinte composição:



Ou seja o volume total de transacções captadas com cartão de crédito cresceu por aumento do número de parcerias em regime de co-branding, enquanto o volume originado nos cartões oferecidos aos clientes do Banco e dos cartões privados (CorteFiel) se manteve estável quando comparados com 2006.

As actividades de marketing directo para cartões de crédito tiveram uma atenção especial na dinamização da percentagem de activação, tendo sido testados um conjunto de mecanismos promocionais. No global de 2007 as taxas de activação conseguiram apresentar valores positivos, cerca de 25% dos clientes portadores de cartão de crédito universal (co-branded) utilizam-no.

▪ **Carteira sob Gestão**

A carteira que o Banco Santander Consumer Portugal detinha sob gestão de contratos de financiamento ao consumo e de cartões de crédito ultrapassava ligeiramente no final de 2007 os 67 milhões de euros, com a seguinte composição:



## EVOLUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, as instituições financeiras têm de preparar as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Em consequência, as contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. aqui apresentadas, foram elaboradas de acordo com as ditas IAS/IFRS, enquanto que as suas Demonstrações Financeiras estatutárias foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), conforme estabelecido pelo Banco de Portugal.

Em 2 de Janeiro de 2007, as Sucursais em Portugal do Santander Consumer Finance, S.A. e Santander Consumer, E.F.C., S.A. foram incorporadas no Banco, através da transferência patrimonial de activos e passivos, pelo que as demonstrações financeiras não são integralmente comparáveis com as do exercício anterior, por uma questão que se prende com a diferença de perímetro.

No prosseguimento da estratégia de crescimento, a Assembleia Geral de accionistas do Banco Santander Consumer Portugal decidiu, em 2 de Janeiro de 2007, e concretizando a concentração das actividades do Santander Consumer em Portugal no Banco, ampliar o Capital Social de 37.500.000 Euros para 66.595.947 Euros, através da emissão de 29.092.947 novas acções e com um prémio de emissão de 12.790.664 Euros.

Este aumento nos Capitais Próprios, reflecte a aposta clara da estrutura accionista do Banco na estratégia de expansão da actividade, suportada por princípios de gestão criteriosa e solidez financeira.

### ***Balanço Consolidado (IAS)***

No final de 2007 o valor de balanço do crédito consolidado concedido a clientes, líquido de provisões, ascendia a 1.234 milhões de euros, 42% acima do valor final do ano transacto (pré-incorporação das Sucursais do Santander Consumer em Portugal).

Embora tenha existido uma alteração do perímetro, o valor do crédito consolidado evoluiu favoravelmente, por um lado, impulsionado pela expansão e crescimento na rede de não franchisados, suportado pela alteração do modelo comercial no segmento automóvel, por outro, pela incorporação de novas linhas de negócio no balanço do Banco como seja Crédito ao Consumo (não-automóvel), Cartões de Crédito *Co-Branded*, Cartões de Crédito Privativos e Crédito Directo. A repartição do crédito consolidado concedido a clientes, líquido de provisões, do Banco Santander Consumer Portugal, no final do exercício de 2007 era a seguinte:

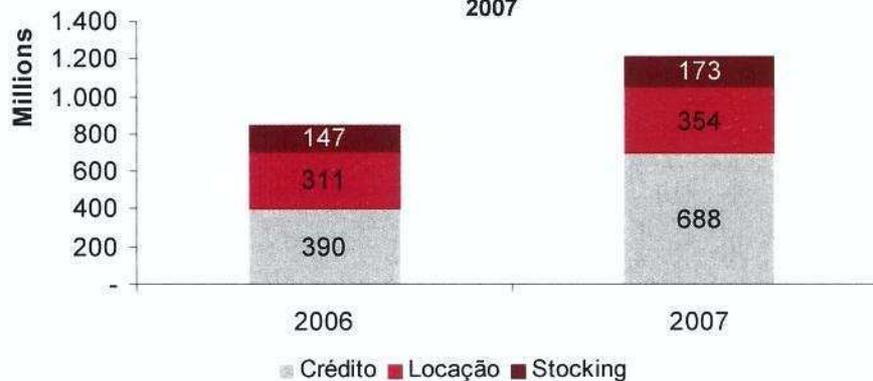


### Repartição do Crédito Concedido 2007



A componente de financiamento a cliente final, que representa o *core business* do Banco Santander Consumer Portugal, era responsável por 86% desta carteira, sendo os 14% remanescentes financiamento à rede de prescritores e importadores automóveis com quem o Banco trabalha. Já no que se refere ao financiamento de *stock* a concessionários automóveis, nomeadamente no que se refere ao crescimento de 5% registado na componente de Factoring (perímetro constante) de 146 milhões de euros em 2006, para 153 milhões de euros, em final de ano de 2007, atesta o crescimento da actividade registado, pela incorporação de novos acordos, mas também reflecte as condições adversas no escoamento de veículos, experimentadas em particular por concessionários de algumas das marcas dos principais parceiros de negócio do Banco.

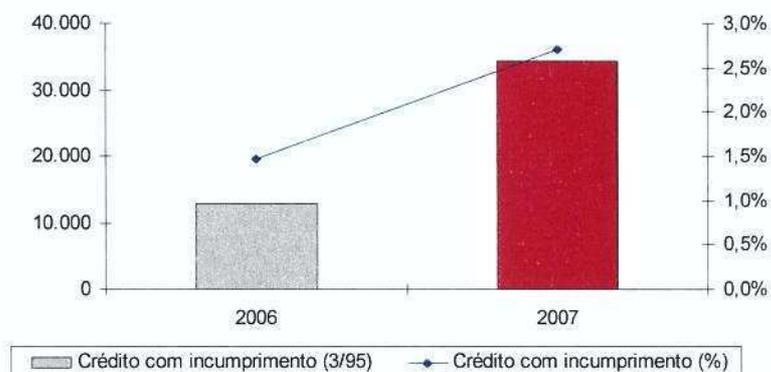
### Evolução do Crédito Vincendo 2007



O Crédito com Incumprimento, nos termos da Carta Circular 99/03 do Banco de Portugal, representou 2,7% do crédito total concedido, agravando o rácio de 1,5% registado em 2006, fruto do efeito combinado da alteração do modelo comercial, essencialmente no segmento automóvel, que implicou uma maior assunção de novo risco de crédito, e de incorporação de segmentos de negócio (Crédito ao Consumo e Cartões de Credito), onde o perfil de risco é distinto.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, including a large signature and the number 28.

### Evolução do Crédito com incumprimento (3/95)



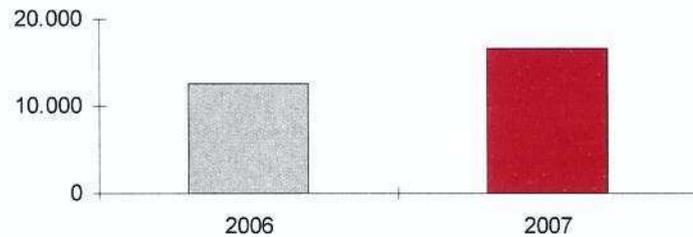
O rácio de crédito vencido acima dos 90 dias cifrou-se em 1,9% e o montante de imparidade de crédito acumulada em balanço apresentou uma cobertura de 116% do valor dos créditos mora que compara com 108%, ainda que em perímetro diferente e apesar do registo de algum acréscimo do valor da sinistralidade, atesta a escrupulosa e conservadora abordagem na gestão e mitigação do risco de crédito. O saldo da imparidade para créditos vencidos e de cobrança duvidosa somava 36,9 milhões de euros no final do ano.

### Conta de Resultados Consolidada (IAS)

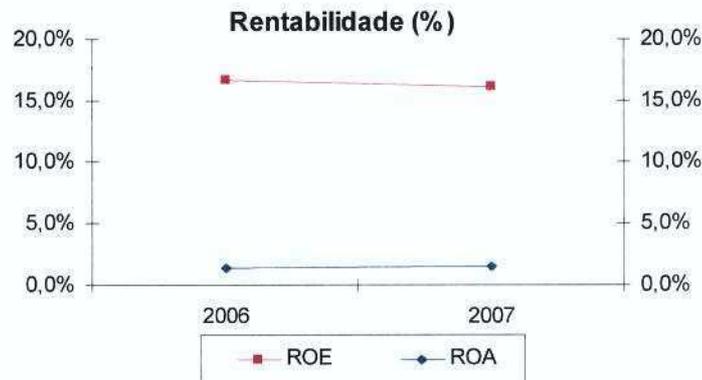
O resultado líquido IAS consolidado atingiu os 16,7 milhões de euros no final de 2007, resultando numa variação de 33% face ao indicador homólogo de 2006 (pré-incorporação). Ainda que a base de comparação tenha sido alterada pela incorporação das Sucursais em Portugal do Santander Consumer, há a salientar a performance dos seguintes factores para o desempenho registado no exercício de 2007 face ao período homólogo:

- (i) Crescimento da margem financeira de 36%, em linha com o crescimento do activo líquido (42%), reflectindo uma estratégia concertada, em todas as linhas de negócio, de adequação dos níveis de *pricing* aos respectivos perfis de risco e às condições de financiamento da actividade, que registaram, por força das condições do mercado financeiro, um acréscimo face ao ano transacto pressionando a compressão da margem;
- (ii) Crescimento de 49% do produto bancário face ao ano de 2006, acima do valor registado de crescimento do activo líquido para o mesmo período (42%), resultado das diversas políticas de optimização das diversas rubricas elegíveis que compõem este indicador, nomeadamente pela dinamização da actividade de intermediação de seguros, espelhando a alteração de posicionamento do Banco e pelo alargamento do leque de oferta desta tipologia de produtos aos clientes;
- (iii) As diversas iniciativas de racionalização de processos e melhoria de eficiência operativa possibilitaram que, apesar do acréscimo dos custos de transformação entre 2006 e 2007 de 46%, ligeiramente superior ao crescimento do activo líquido, o rácio de eficiência se situa-se em 49,2% contra os 50,2% do ano passado. As sinergias obtidas pela concentração da actividade em Portugal ficam particularmente assinaladas na evolução dos custos com o pessoal, que cresceram face a 2006, 6,3% enquanto o número de colaboradores evoluiu 19%, de 189 em 2006 para 225 no final de 2007.

### Evolução do resultado Líquido



O bom desempenho nos resultados líquidos alcançados no exercício de 2007 possibilitou que a rentabilidade média dos capitais próprios (ROE) situasse nos 16,1%, quando este valor em 2006 (pré-incorporação) foi de 16,5%. Este ligeiro diferencial pode ser explicado pelo aumento do capital social do Banco, em Janeiro de 2007, resultando num crescimento da situação líquida face a 2006 de 53% que compara com a evolução de 33% nos resultados líquidos. No que se refere à rentabilidade média do activo (ROA), esta situou-se em 1,5% em 2007, que compara com o valor de 1,4% do ano de 2006. No que respeita ao Rácio de Solvabilidade consolidado, registou um valor de 9,54%, com especial referência para o rácio dos fundos próprios de base que passou de 6,9% em 2006 para os 8,4% no ano de 2007.



*[Handwritten signatures and initials]*

30

## GESTÃO FINANCEIRA

O ano de 2007 foi marcado pela incorporação completa do Banco no seio do Grupo Santander Central Hispano. Deste processo resultaram evidentes benefícios, com reflexos na gestão financeira corrente, na definição e adequação de procedimentos e nas políticas e estratégias por via da integração num Grupo Financeiro de cariz global no que respeita à gestão, medição e mitigação dos riscos financeiros inerentes à actividade.

Neste contexto, a gestão financeira do Banco Santander Consumer Portugal, desenvolvida pela Direcção Financeira, tendo como pano de fundo as orientações do Conselho de Administração, norteou-se pelos seguintes objectivos fundamentais ao longo do ano:

- Adopção das melhores práticas em termos de gestão dos riscos financeiros, quer por via das políticas preconizadas de assunção e mitigação da exposição ao risco de liquidez e taxa de juros, quer por via das economias de escala e âmbito proporcionadas pela pertença do Banco ao Grupo SCH, com reflexos na sua capacidade competitiva;
- Assegurar a liquidez necessária ao correcto desenvolvimento do negócio, mantendo uma relação equilibrada entre capitais próprios e alheios com o fito de maximizar a rentabilidade dos accionistas sem prejudicar a solidez financeira da instituição;
- Manter, com o apoio da tesouraria do Grupo Santander Central Hispano, uma política activa e dinâmica de cobertura da exposição do banco aos riscos financeiros (liquidez e taxa de juro) inerentes ao seu negócio.

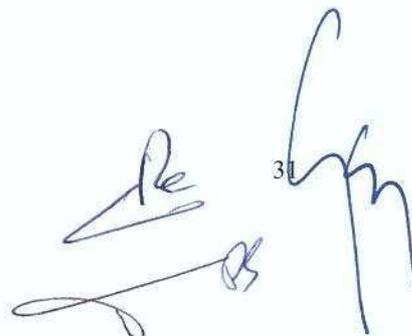
### **a) Financiamento do negócio**

Os novos contratos de Crédito, Leasing e ALD têm, na sua origem, prazos que em média se situam ligeiramente acima dos 5 anos, pelo que o financiamento adequado do negócio deve ter em conta este facto, tendo igualmente em linha de conta que estes mesmos prazos se têm vindo a dilatar por força dos requisitos do mercado.

As diferentes necessidades financeiras subjacentes ao financiamento destes activos foram satisfeitas através de um *mix* equilibrado de capitais de curto e médio prazo. Assim, sob o enquadramento das linhas de orientação de anos anteriores, assentes na garantia da solvabilidade da instituição, na estabilidade da respectiva tesouraria e na obtenção de custos de financiamento competitivos, negociaram-se os passivos adequados, em termos de duração, aos activos do banco, observando-se simultaneamente os requisitos prudenciais impostos pelo Banco de Portugal e pelos accionistas.

### **Empréstimos Obrigacionistas e de Médio e Longo Prazo**

O Banco assenta a sua estrutura de financiamento em grande medida em operações em mercado monetário, com uma *duration* média ligeiramente acima dos 2 anos, para adequação à *duration* média do Activo. Estas operações são contratadas integralmente junto da Tesouraria do Banco Santander Consumer Finance, em Espanha. O acesso permanente a linhas de liquidez de elevada estabilidade permite ao Banco, dentro de uma gestão de elevado rigor, dirigir parte deste esforço e sinergias para o seu *core business*, auferindo assim uma importante vantagem competitiva em termos de mercado onde se insere, dada a turbulência registada nos mercados



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.

financeiros internacionais, nomeadamente pelas restrições à liquidez e à volatilidade por estes induzida na estrutura temporal de taxas de juro de mercado.

### **Financiamento dos activos de curto prazo**

Tal como em anos anteriores, e uma vez que este tipo de crédito se destina sobretudo a apoiar as aquisições de existências por parte dos Concessionários com os quais o Banco tem acordos de colaboração, o financiamento desta actividade foi efectuado, quase exclusivamente, com base nas contas correntes bancárias de que o Banco dispõe ou em operações de tomada de fundos de curto prazo.

### **b) Estratégia de Gestão de Riscos Financeiros**

No ano de 2007 o Banco prosseguiu uma gestão conservadora dos riscos financeiros inerentes ao seu negócio, nomeadamente no que se refere aos riscos de taxa de juro e de liquidez.

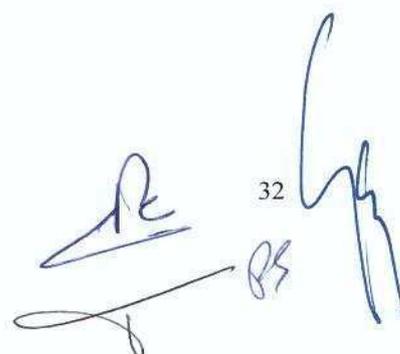
O acompanhamento, monitorização dos riscos de mercado e as decorrentes coberturas negociadas para garantir a adequação das maturidades e do perfil de taxa de juro dos activos e passivos do Banco Santander Consumer Portugal foram implementadas, em estreita coordenação com a tesouraria do Grupo Santander Central Hispano, ficando naturalmente sujeitas às regras e políticas de supervisão locais.

### **Risco de Taxa de Juro**

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. mede, em base mensal (ou pontualmente, quando considerado apropriado), a sensibilidade do valor actualizado do somatório dos *cash-flows* futuros da carteira de negócio (activos de natureza comercial e financeira), com os *cash-flows* do respectivo passivo associado a uma subida paralela de 1% na curva de taxas de juro do mercado interbancário.

Para mitigar o risco de subida das taxas de juro, o Banco Santander Consumer Portugal recorre a operações de mercado monetário, contraindo empréstimos junto do Banco Santander Consumer Finance S.A., em Espanha, por montantes e prazos que possibilitam a imunização dos *cash flows* da carteira (Activo) e do passivo a movimentos adversos na estrutura temporal de taxas de juro no mercado interbancário.

Em 31 de Dezembro de 2007, o risco de taxa de juro do balanço do Banco, medido de acordo com a Instrução 19/2005 do Banco de Portugal, que assume, entre outros factores, um movimento de 200 pontos básicos paralelo na estrutura de taxas de juro, era de 1.169 milhares de euros de impacto negativo nos capitais próprios.

Handwritten signatures and initials in blue ink. On the left, there are two overlapping signatures. In the center, the number '32' is written above the initials 'PS'. On the right, there is a large, stylized signature.

Instrução 19/2005 Banco de Portugal  
31 de Dezembro de 2007

Em Eur'000

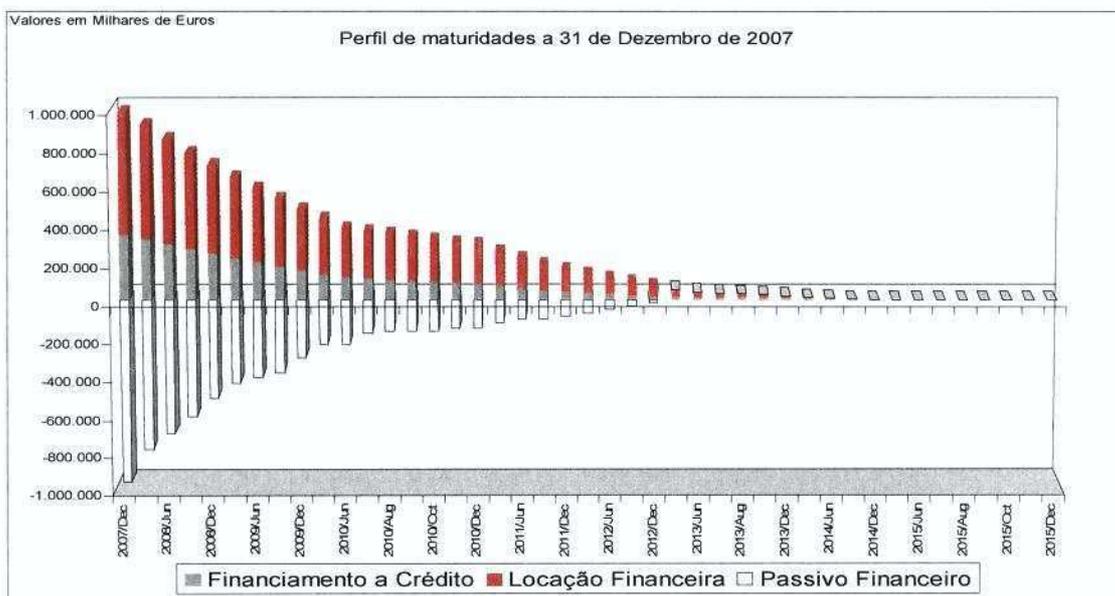
Banda temporal	Activos	Passivos	Posição	Situação Líquida	Factor de ponderação	Posição ponderada
	(+)	(-)	(+/-)	(1)	(2)	
à vista - 1 mês	327.122	286.973	40.149	0,08%	-32	
1 - 3 meses	216.876	75.083	141.793	0,32%	-454	
3 - 6 meses	61.181	136.917	-75.736	0,72%	545	
6 - 12 meses	108.576	102.033	6.543	1,43%	-94	
1 - 2 anos	164.355	191.006	-26.651	2,77%	738	
2 - 3 anos	131.291	152.959	-21.668	4,49%	973	
3 - 4 anos	94.430	68.415	26.015	6,14%	-1.597	
4 - 5 anos	63.030	73.075	-10.045	7,71%	775	
5 - 7 anos	51.246	32.528	18.717	10,15%	-1.900	
7 - 10 anos	932	0	932	13,26%	-124	
10 - 15 anos	0	0	0	17,84%	0	
15 - 20 anos	0	0	0	22,43%	0	
> 20 anos	0	0	0	26,03%	0	
<b>Total</b>						<b>-1.169</b>

### Risco de Liquidez

No final de 2007 o risco de liquidez do Banco Santander Consumer Portugal encontrava-se completamente mitigado, decorrente da sua inserção no Grupo Santander Central Hispano, maior grupo financeiro a nível Ibérico, e entre os dez primeiros a nível mundial (por capitalização bolsista).

Acresce que o Banco Santander Consumer Portugal promoveu o integral cumprimento do Rácio de Liquidez, nos termos do que é exigido pelo Banco de Portugal, na instrução nº 1/2000, através da já referida política de continuada adequação de activos e passivos em termos de perfis de maturidades.

33



### c) Gestão dos Recursos Próprios

Na sequência do desenvolvimento da sua estratégia de crescimento e expansão, o Banco, avalia de forma permanente a sua política de adequação de capital de forma a:

- i) Garantir o crescimento sustentado da actividade creditícia pela gestão prudente da sua solvabilidade, decorrente do exercício dos objectivos estratégicos;
- ii) Cumprir os requisitos impostos pelas entidades de supervisão;
- iii) Assegurar uma gestão criteriosa dos capitais alheios, com o objectivo último da maximização do valor do Banco para os seus accionistas;

Em termos prudenciais e nesta matéria, o Banco encontra-se sujeito à disciplina de supervisão do Banco de Portugal. Pela aplicação das disposições regulamentares em vigor a 31 de Dezembro de 2007, nomeadamente pelos Avisos nº 12/92 e 1/93 (Basileia I), rácio de solvabilidade cifrou-se em 9,54%, reflectindo uma postura conservadora e potenciadora do desenvolvimento da sua actividade.

No decurso do ano de 2007 deu-se a conclusão do projecto Basileia II, processo transversal a todas as áreas do Banco pelo seu carácter abrangente que culminou numa avaliação global dos custos e benefícios de adequação dos segmentos de riscos mais importantes da actividade do Banco (risco de crédito e risco operacional) para cada uma das metodologias preconizadas pelo Novo Acordo de Basileia.

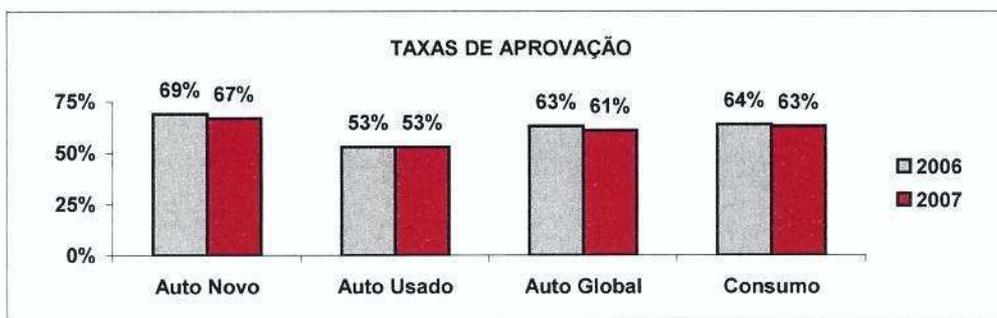
Decorrente deste processo de avaliação o Banco definiu que as abordagens para a determinação do alocação de fundos próprios seguirá, conforme o estipulado pela Instrução nº23/2007 do Banco de Portugal, a metodologia do Método Padrão na componente de Risco de Crédito e na componente de Risco Operacional, guiar-se-á através do Método do Indicador Básico.

34

## GESTÃO DE RISCO

Ao nível da Gestão de Risco, resultado do constante esforço de selecção e focagem nos parceiros certos, foi possível consolidar o montante de crédito concedido na área do *core business*. O volume de propostas recepcionadas registou um acréscimo de 140% no negócio automóvel e de 115% no negócio consumo.

A política de aceitação do crédito foi consistente com a dos últimos anos, pautada pela prudência, rigor e sistemática exigência de garantias acessórias. No início de 2007 foi lançado o produto crédito directo, exclusivamente por recurso a *cross-sell*, tendo registado nesse curto espaço de tempo uma evolução dentro do expectável.



O acompanhamento da sinistralidade no crédito foi feito de forma regular, por recurso ao Sistema de Informação de Gestão e comparação entre carteiras com igual período de originação (*vintages*), permitindo aferir a adequação da política de crédito tomada ao longo dos últimos anos e também dos níveis de delinquência da carteira sob gestão para diferentes estágios de maturidade de crédito vencido.

No seguimento da orientação estratégica tomada durante 2006, foi dada continuidade às políticas de apoio à actividade dos intermediários de financiamento através de linhas de *stocking* de usados e adiantamentos de produção, bem como da potenciação no financiamento de automóveis usados.

No seguimento dos ajustamentos necessários a tais designios, foi consolidada a separação da gestão de risco entre linhas de apoio a prescritor e retalho e, dentro deste último segmento, iniciou-se igualmente a segmentação entre a análise de risco dedicada por estado do bem a financiar. A admissão de produtos de consumo assenta numa operativa externalizada, todavia sob orientação, seguimento e controlo do BSCP.

Durante o segundo trimestre do ano, foi implementado um novo *scorecard* para o segmento de veículos usados. O acompanhamento do *scorecard*, da responsabilidade da área de modelos decisionais também criada no final de 2006, tem mostrado consistência com o esperado.

  
35

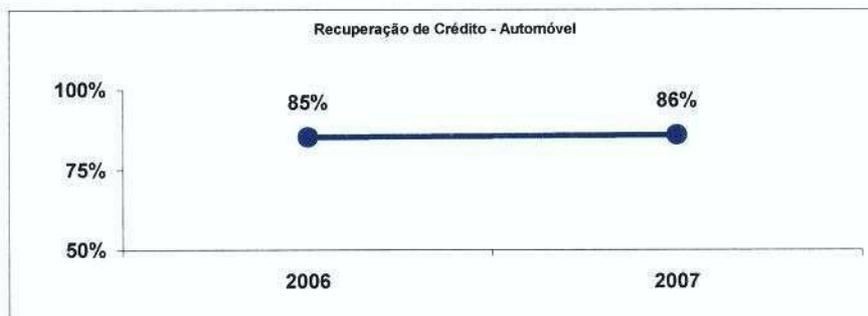
## RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

A Recuperação de Crédito foi, ainda em 2007, a área em que a integração operacional das unidades (sucursais do Santander Consumer Finance/Banco Santander Consumer Portugal) teve menos impacto, não obstante ter havido algum reflexo positivo com redução de recursos resultante da fusão das áreas de Risco e Recuperação, bem como da implementação do modelo de gestão abrangendo na íntegra o ciclo admissão / recuperação.

Em termos genéricos houve uma continuidade das políticas de recuperação e, mercê da integração das áreas de Risco e Recuperação, foi potenciada a eficiência resultante de uma melhor interação entre a análise dos níveis de incumprimento e o desenho de táticas específicas para segmentos de carteiras.

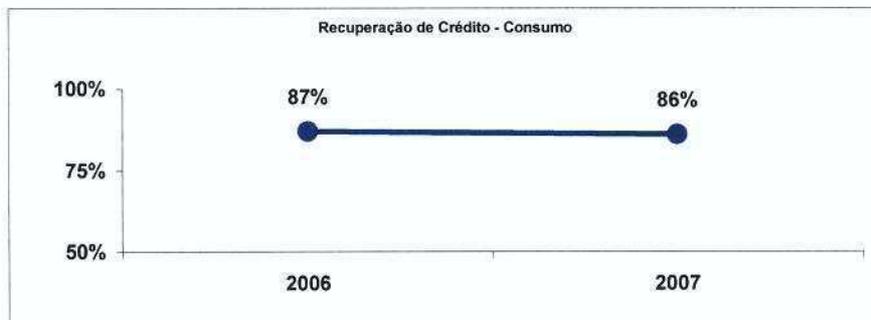
O modelo de recuperação, em termos genéricos, define-se em quatro fases: recuperação telefónica, externa, pré-contencioso e contencioso. Função da natureza dos produtos financiados e do perfil de Cliente, co-existem naturalmente processos e estruturas de recuperação distintas. Dado não ter sido ainda possível a integração das plataformas operativas de recuperação, também as métricas de processo e *output* são diferenciadas.

Globalmente, e apesar da introdução de produtos de maior risco potencial no *portfolio* da empresa, quer no segmento automóvel, quer no segmento consumo, não se registam alterações significativas nos rácios, como evidenciam os gráficos seguintes.



*Recuperação nos primeiros seis meses (termo médio) após entrada em mora*

Re  
L  
36  
BS



*Recuperação nos primeiros três meses (termo médio) após entrada em mora*

Globalmente, a adequação de processos e a diminuição dos volumes sob gestão, permitiu a redução do *headcount* da área de recuperação que, relativamente ao período homólogo, se cifrou em 17%.

## OPERAÇÕES

Em 2007 e após a identificação das etapas necessárias para a plena integração de processos de suporte aos diferentes produtos do Banco Santander Consumer Portugal, S.A., continuamos a privilegiar a procura sistemática e contínua da eficiência e da eficácia, tanto nas estruturas internas como na estrutura subcontratada em regime de outsourcing a um parceiro do Santander Consumer, a Konecta.

O modelo de gestão adoptado passa pela adopção da transversalidade de princípios nas duas estruturas independentemente dos produtos suportados.

A título de exemplo refira-se a transposição para a estrutura externa do conceito de segregação entre funções de BackOffice e de Front Office. Tal segregação já adoptada internamente permitiu ganhos de produtividade evidentes com a redução do custo por transacção processada.

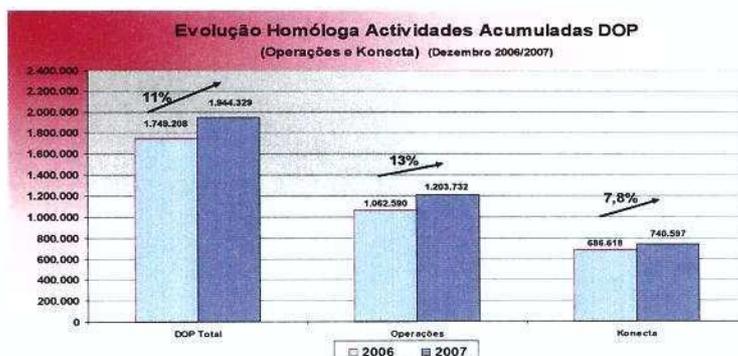
Também ao nível dos controlos operacionais a transversalidade é já uma realidade com a replicação na estrutura externa dos controlos sistemáticos ao processo já existentes na estrutura interna.

A transversalidade de princípios à estrutura externa implicou a renegociação do contrato existente, com a redefinição do modelo de gestão daquela estrutura, passando o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. a deter a responsabilidade pela determinação dos processos ali desenvolvidos, acompanhando e monitorizando as actividades no seu dia a dia e determinando em cada momento as alterações necessárias à consecução do objectivo de cada vez melhor servir os nossos clientes internos e externos.

Durante todo este processo manteve-se a preocupação de que as transformações ao modelo de gestão operacional não colidisse com uma necessária e adequada resposta ao negócio, a ser dada nos melhores padrões de qualidade, sem quebra de níveis de serviço nem perda de controlo do processo.

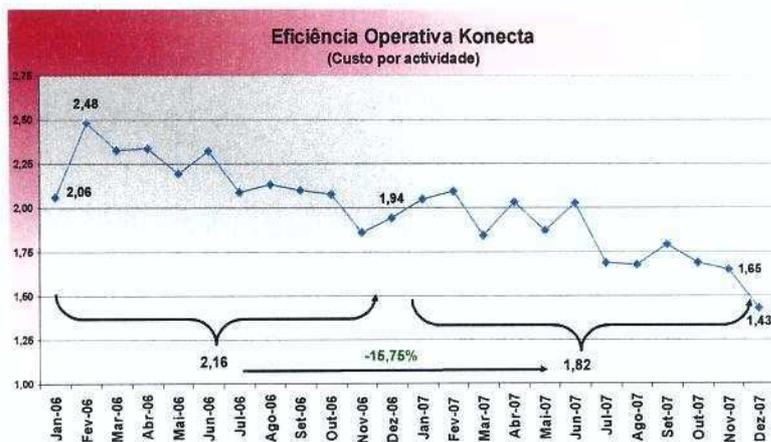
Os resultados conseguidos são bastante positivos, com melhorias visíveis ao nível da capacidade, da produtividade e dos custos unitários por transacção.

No mapa seguinte poderá verificar-se o crescimento de 11% no total de actividades (Contratos; Propostas; Cartões; Chamadas; Meios de Pagamento; Operações de BackOffice; etc.), desenvolvidas entre 2006 e 2007 e na globalidade da Direcção de Operações, ou seja, considerando a estrutura interna (Operações) e a estrutura externa (konecta).

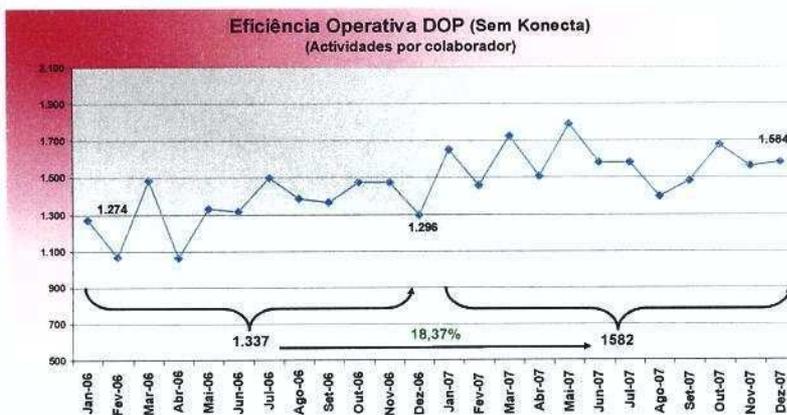


38

Relativamente à Konecta (estrutura externa), a sua performance é medida em termos quantitativos pelo custo unitário por actividade, o qual revelou uma melhoria com a redução de cerca de 15% entre a média verificada em 2006 e aquela observada em 2007.



Quanto à estrutura interna a sua performance é medida pelo número de actividades que cada operador desenvolve. Também nesta observação se verificou uma melhoria, com o aumento de cerca de 18% no número de actividades desenvolvidas por cada colaborador.



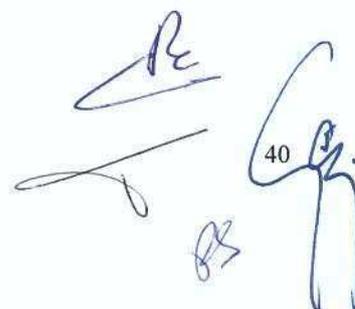
Handwritten signatures and initials, including a large signature on the right and initials 'BS' and '39' below it.

## SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O corolário do trabalho de consolidação das infra-estruturas realizado em 2006 foi o de uma estabilidade dos níveis de serviço, operacionais e de segurança durante todo o ano de 2007. Após esta fase, iniciou-se a externalização da actividade de tecnologia e sistemas do Banco para empresas do Grupo Santander, a ISBAN no caso de desenvolvimento de software bancário e PRODUBAN no que se refere à estrutura operacional de sistemas que se deu por concluída em Setembro de 2007.

O conjunto de sinergias obtido permitiu a estabilização do nível de custos verificado no Banco em 2007, sem prejuízo da diversificação de actividades e aumento do volume de negócio verificados por via da fusão.

Na vertente de aplicações de suporte ao negócio procedeu-se à decisão estratégica para a migração para uma plataforma única que suporte todos os produtos. O estudo comparativo das aplicações, suportado numa análise detalhada dos impactos positivos e negativos de cada solução potencial, conduziu à recomendação da manutenção da plataforma actualmente utilizada para o negócio de maior peso, o financiamento automóvel, adaptando-a para os demais produtos e linhas de negócio do Banco: Crédito ao Consumo, Cartões de Crédito e Empréstimos Pessoais. Note-se que, os desenvolvimentos - que têm como objectivo o upgrade da plataforma de suporte ao negócio - ainda tiveram o seu início durante 2007. Está prevista a sua conclusão para final de 2008, sendo que este projecto é de sobremaneira importante para assegurar eficiência e eficácia assim como coerência e qualidade na informação prestada aos demais órgãos.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number 40.

## RECURSOS HUMANOS

No que se refere à gestão de Recursos Humanos durante 2007, as actividades inerentes a esta área já foram totalmente integradas. O Banco estabeleceu um plano estratégico integralmente alinhado com o plano de Recursos Humanos do Grupo Santander Central Hispano, isto é, tendo como objectivo actuar em seis pilares:

- Segmentação por Funções
- Selecção e Marketing
- Formação
- Avaliação e Desempenho
- Compensação
- Desenvolvimento e Mobilidade

O plano operacional para o Banco Santander Consumer Portugal foi desenhado e a sua execução estende-se por 2008 e 2009. Em 2007 foi prestada especial atenção à componente de Avaliação e Desempenho por alinhamento com as práticas e valores do Grupo Santander Central Hispano, processo de Selecção e Desenvolvimento e Mobilidade. Neste últimos alguns dos colaboradores do Banco tiveram a oportunidade de usufruir de rotações internacionais ou participar no programa Santander És Tu.

Numa perspectiva de integração jurídica das Sucursais do Grupo Santander no agora Banco Santander Consumer Portugal, o número de colaboradores aumentou de 189 no final de 2006 para 225 no final de 2007, não obstante uma comparação a perímetro constante transparece uma redução de 244 colaboradores ao fecho de 2006 contra os 225 de 2007, ou seja, uma redução de 7,7%.

Prevê-se para 2008 uma expansão da actividade de Recursos Humanos do Banco com o objectivo de abranger os restantes pilares de actuação do Plano Estratégico de RH.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho aprovou a seguinte Proposta de Aplicação de Resultados referente ao exercício de 2007, a submeter à próxima Assembleia Geral Anual de Accionistas do Banco Santander Consumer Portugal, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais

“Proposta de Aplicação de Resultados:

O Banco Santander Consumer Portugal encerrou o exercício de 2007 com um Resultado Líquido positivo (individual) de Euros 16.129.726 sendo o Resultado Líquido apurado em base consolidada de Euros 16.662.876.

Considerando as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que seja feita a seguinte Aplicação dos Resultados:

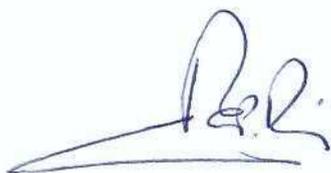
Reserva Legal (10% do Resultado líquido individual): Euros 1.612.972,60;  
Resultados a transitar: Euros 14.516.753,40

O Conselho de Administração propõe adicionalmente a aplicação de Euros 930.138 da rubrica de resultados aguardando aprovação de contas, para resultados a transitar.

Lisboa, 9 de Maio de 2008

O Conselho de Administração

*Pedro Cav PA Durani*



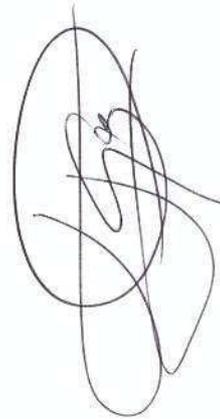
BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

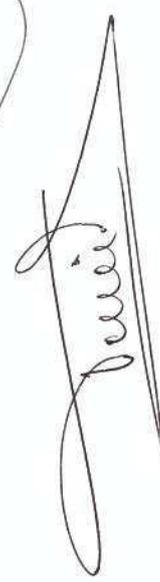
BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	2007		Notas	2006		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2007	2006
	Activo bruto	Amortizações e imparidade		Activo líquido					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	52.241	-	5	612.908	612.908	Recursos de outras instituições de crédito	11	1.036.873.191	712.239.275
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.637.865	-	6	3.656.927	3.656.927	Recursos de clientes e outros empréstimos	12	6.116.827	4.719.101
Crédito a clientes	1.270.755.574	(36.867.214)	7	868.717.162	868.717.162	Provisões	13	72.500	150.000
Outros activos tangíveis	16.960.490	(8.961.402)	8	7.918.364	7.918.364	Passivos por impostos correntes	9	1.662.142	2.803.863
Activos intangíveis	5.269.513	(4.106.445)	8	252.862	252.862	Passivos por impostos diferidos	9	1.662.562	919.185
Activos por impostos correntes	104.482	-	9	7.280	7.280	Outros passivos subordinados	14	15.192.058	15.169.456
Activos por impostos diferidos	3.339.454	-	9	1.276.531	1.276.531	Outros passivos	15	89.458.504	84.122.971
Outros activos	27.918.864	(4.815.243)	10	19.396.845	19.396.845	Total do Passivo		1.151.057.584	820.123.851
						Capital	16	66.592.947	37.500.000
						Outros instrumentos de capital	17	-	14.963.937
						Outras reservas e resultados transitados	18	41.974.772	16.730.807
						Lucro do exercício	19	16.662.876	12.520.284
						Total do Capital Próprio		125.230.595	81.715.028
						Total do Passivo e do Capital Próprio		1.276.288.179	901.838.879
Total do Activo	1.331.038.483	(54.750.304)		901.838.879	901.838.879				

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

Pedro Co. P. A. Pereira 



BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

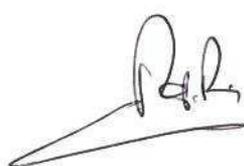
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

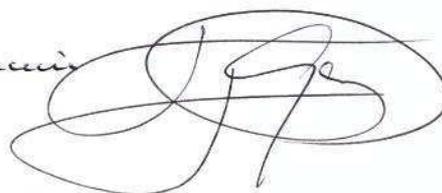
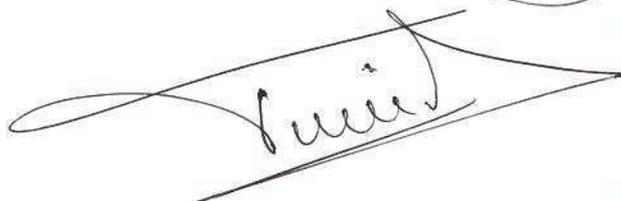
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2007	2006
Juros e rendimentos similares	21	103.277.440	68.272.226
Juros e encargos similares	21	(59.472.275)	(36.063.394)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<b>43.805.165</b>	<b>32.208.832</b>
Rendimentos de serviços e comissões	22	10.494.575	3.835.672
Encargos com serviços e comissões	22	(2.612.688)	(1.270.043)
Rendimentos de instrumentos de capital		-	2.257
Resultados em operações financeiras	23	(15.340)	(698.314)
Outros resultados de exploração	24	2.382.972	2.261.031
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<b>54.054.684</b>	<b>36.339.435</b>
Custos com pessoal	25	(9.237.027)	(8.691.703)
Gastos gerais administrativos	26	(16.509.627)	(9.047.136)
Depreciações e amortizações	8	(846.648)	(504.860)
Imparidade de crédito	13	(3.693.456)	2.920.575
Imparidade de outros activos	13	(228.147)	(2.176.812)
Outras provisões	13	77.500	(322.008)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>23.617.279</b>	<b>18.517.491</b>
Impostos correntes	9	(9.067.084)	(5.700.055)
Impostos diferidos	9	2.112.681	(297.152)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	19	<b>16.662.876</b>	<b>12.520.284</b>
Número de acções em circulação no exercício		66.592.947	37.500.000
Resultados por acção		0,25	0,33

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



Pedro Passos Coelho

## DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

	Outros instrumentos de Capital			Outras reservas e resultados transitados			Lucro do exercício	Total
	Capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total	exercício		
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	37.500.000	5.385.982	118.978	(3.609.492)	1.895.468	14.835.338	69.194.743	
Aplicação do resultado:								
- Transferência para reservas	-	1.100.275	-	-	1.100.275	(1.100.275)	-	
- Transferência para resultados transitados	-	-	-	13.735.063	13.735.063	(13.735.063)	-	
Resultados do exercício	-	-	-	-	-	12.520.284	12.520.284	
Outros	-	-	-	1	1	-	1	
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	37.500.000	6.486.257	118.978	10.125.572	16.730.807	12.520.284	81.715.028	
Aumento do capital social (Nota 16)	29.092.947	-	(61.513)	-	(61.513)	-	14.067.497	
Prémio de emissão (Nota 18)	-	-	12.790.664	-	12.790.664	-	12.790.664	
Aplicação do resultado:								
- Transferência para reservas	-	1.172.971	790.578	-	1.963.549	(1.963.549)	-	
- Transferência para resultados transitados	-	-	-	10.556.735	10.556.735	(10.556.735)	-	
Resultados do exercício	-	-	-	-	-	16.662.876	16.662.876	
Outros	-	-	(5.470)	-	(5.470)	-	(5.470)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	66.592.947	7.659.228	13.633.237	20.682.307	41.974.772	16.662.876	125.230.595	

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

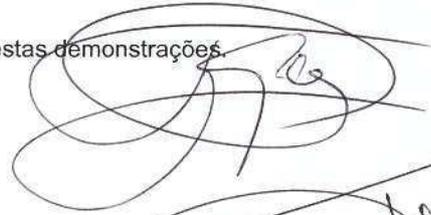
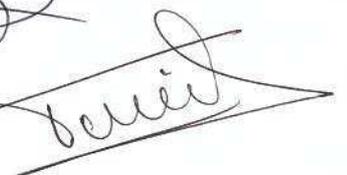
(Montantes expressos em Euros)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	114.935.891	70.943.996
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(67.365.660)	(33.351.138)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	9.842.118	6.821.648
Pagamentos a fornecedores e empregados	(29.269.884)	(18.656.976)
Outros resultados	6.728.718	906.069
	<u>34.871.183</u>	<u>26.663.599</u>
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Crédito a clientes	(87.383.542)	(18.165.764)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito	59.577.666	42.427.350
Recursos de clientes e outros empréstimos	26.238.547	821.214
Outros passivos	(25.286.718)	(31.927.875)
	<u>(26.854.047)</u>	<u>(6.845.075)</u>
Impostos sobre os lucros	(8.830.624)	(7.680.677)
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u>(813.488)</u>	<u>12.137.847</u>
Pagamentos relativos a imobilizações	(1.103.298)	(712.352)
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<u>(1.103.298)</u>	<u>(712.352)</u>
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos	-	(5.567.703)
Aumento do capital social	405.711	-
Despesas incorridas no âmbito do aumento do capital social	(61.513)	-
Prémio de emissão	12.790.664	-
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	(8.800.000)	(5.000.000)
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<u>4.334.862</u>	<u>(10.567.703)</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	2.418.076	857.792
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.269.835	3.412.043
Incorporação das Ex-Sucursais	2.195	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.690.106	4.269.835

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



Per. Com. P. A. D. S. S. S.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006  
(Montantes expressos em Euros)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (adiante designado por "BSCP" ou "Banco"), anteriormente denominado Interbanco, S.A., é uma sociedade anónima com sede social em Lisboa, tendo iniciado a sua actividade em 31 de Dezembro de 1996.

O Banco desenvolve as suas actividades em conformidade com o legalmente consentido às instituições de crédito. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a actividade do BSCP encontra-se segmentada, essencialmente, nas vertentes de Crédito ao Consumo, Locação Financeira Mobiliária, Aluguer de Longa Duração (ALD) e "Factoring".

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 9 de Maio de 2008.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais, mantidos em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

As demonstrações financeiras do Banco e das suas filiais relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 estão pendentes de aprovação pelas correspondentes Assembleias Gerais de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Committee" (IFRIC), conforme adoptadas pela União Europeia

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007 foram preparadas de acordo com as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, em vigor a essa data, desde que endossadas pela União Europeia. As principais alterações em normas e interpretações com relevância para o Banco e para as restantes entidades do Grupo, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2007, foram as seguintes:

- IFRS 7 – "Divulgação de instrumentos financeiros" – Esta norma substituiu os requisitos de divulgação sobre os instrumentos financeiros definidos no IAS 32 – "Instrumentos financeiros – apresentação e divulgação" e no IAS 30 – "Divulgação nas demonstrações financeiras de bancos e de instituições financeiras similares".
- IAS 1 (Alteração) – "Divulgações sobre requisitos de capital" – A revisão efectuada ao actual texto da norma introduziu essencialmente a necessidade de divulgações adicionais ao nível dos requisitos de capital. As divulgações previstas no âmbito desta norma são apresentadas na Nota 30.

Em 31 de Dezembro de 2007, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, já endossadas pela União Europeia:

- IFRS 8 – “Segmentos operacionais” – Esta norma define os requisitos de divulgação de informação sobre segmentos, substituindo o IAS 14 – “Relato por Segmentos”. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.
- IFRIC 11 – “IFRS 2 – Transacções com acções próprias e do Grupo” – Esta interpretação tem por objectivo clarificar os critérios de aplicação do IFRS 2 a determinadas transacções cuja liquidação ocorra através da entrega de acções, sendo de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Março de 2007.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IAS 1 (Alteração) – “Apresentação das Demonstrações Financeiras” – Esta norma introduz essencialmente alterações ao nível da denominação e requisitos de apresentação das demonstrações financeiras, sendo de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.
- IFRS 3 (Alteração) – “Concentrações de actividades empresariais” e IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” – A revisão efectuada ao texto destas normas introduz alterações na mensuração e registo do *goodwill* apurado no âmbito de concentrações de actividades empresariais. Vem ainda definir o tratamento contabilístico a adoptar no registo de transacções com acções de filiais, com e sem manutenção de controlo, sendo de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

O Conselho de Administração do Banco entende que a adopção destas normas e interpretações em exercícios futuros não apresentará impactos materialmente relevantes na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas.

### 2.3 Comparabilidade da informação

Conforme referido em maior detalhe na Nota 16, em 2 de Janeiro de 2007 as Sucursais em Portugal do Santander Consumer Finance, S.A. e do Santander Consumer, E.F.C., S.A. foram incorporadas no Banco, através da transferência patrimonial dos seus activos e passivos. Consequentemente, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco relativas ao exercício de 2007 não são directamente comparáveis com as do exercício anterior.

### 2.4 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, foram as seguintes:

#### a) Consolidação de empresas filiais e outras entidades de propósitos especiais

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco, empresas filiais em que participa directa ou indirectamente e outras entidades de propósitos especiais relativamente às quais o Banco retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade.

São consideradas filiais as entidades nas quais o Banco exerça um controlo efectivo sobre a gestão das suas políticas operacionais e financeiras com o objectivo de obter benefícios da sua actividade. Por norma, presume-se a existência de controlo sempre que o Banco detenha uma participação efectiva maioritária do capital social ou dos direitos de voto.

As demonstrações financeiras das filiais e das entidades de propósitos especiais são incluídas na consolidação pelo método de integração global. De acordo com este método, são eliminados os saldos e transacções ocorridos no exercício entre as empresas objecto de consolidação. Sempre que aplicável, as demonstrações financeiras das entidades consolidadas são ajustadas de forma a reflectir a aplicação das políticas contabilísticas adoptadas pelo Banco.

O valor do resultado líquido consolidado resulta da agregação dos resultados individuais do Banco e das restantes entidades incluídas no perímetro de consolidação, na proporção da percentagem efectiva detida, adicionado dos efeitos dos ajustamentos que se verifiquem necessários, nomeadamente os que resultem de transacções realizadas entre as referidas entidades.

Adicionalmente, o valor correspondente à participação detida por terceiros nos capitais próprios das entidades incluídas no perímetro de consolidação, quando aplicável, é reflectido na rubrica "Interesses Minoritários".

b) Concentração de actividades empresariais

O registo da aquisição de filiais é efectuado de acordo com o método da compra, segundo o qual o custo de aquisição deverá corresponder ao justo valor, na data da transacção, dos activos entregues e dos passivos assumidos ou incorridos, adicionado de custos directamente suportados na transacção, em conformidade com os requisitos previstos no IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais". A diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis, quando positiva ("goodwill"), é registada como um activo intangível. O "goodwill" não é amortizado, sendo sujeito a análises periódicas de imparidade. As perdas de imparidade reconhecidas não podem ser revertidas.

Sempre que o justo valor da participação adquirida exceder o respectivo custo de aquisição, o diferencial apurado é reconhecido como um proveito do exercício.

Até 1 de Janeiro de 2004, de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o "goodwill" gerado em operações de concentração de actividades empresariais era reconhecido integralmente por contrapartida de capitais próprios no momento da aquisição de filiais. Tal como permitido pelo IFRS 1, o Banco não aplicou retrospectivamente os requisitos do IFRS 3 em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 e, consequentemente, o "goodwill" gerado nessas operações permaneceu registado em reservas.

A concentração de actividades que envolvam entidades sob controlo comum é registada pelo método da comunhão de interesses, sendo mantido o valor contabilístico dos activos e passivos com referência à data de incorporação.

Instrumentos financeiros – Crédito e outros valores a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito concedido a clientes e outros valores a receber registados na rubrica de "Outros activos". No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, acrescido de outros custos e proveitos directamente atribuíveis à originação da operação. Subsequentemente, estes activos são registados pelo seu custo amortizado.



i) Crédito Concedido

*Locações*

O crédito concedido a clientes através de operações de locação financeira é registado como uma conta a receber pelo valor líquido do investimento efectuado pelo Banco na data de aquisição do bem locado (custo de aquisição, deduzido de descontos obtidos ou antecipações de rendas efectuadas pelos clientes).

A amortização do crédito concedido é calculada usando o critério da amortização financeira. De acordo com este método, a amortização calcula-se tendo em consideração a taxa de juro implícita, resultante do capital desembolsado, plano de rendas acordado e valor residual dos contratos.

*Operações de "factoring"*

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a totalidade das operações de "factoring" respeitam a contratos sem recurso.

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes para cobrança são registadas no activo, na rubrica "Crédito a clientes – Factoring", a qual é movimentada por contrapartida da rubrica de "Outros passivos – credores por contratos de factoring" (Nota 15), pelo montante que será entregue ao Aderente após a respectiva data de vencimento da factura. Os adiantamentos contratuais sobre o valor dos créditos tomados nas operações de factoring sem recurso são registados a débito da referida rubrica do passivo.

*Operações de crédito ao consumo*

O crédito concedido a clientes para financiamento de aquisições a crédito e em regime de conta corrente, é registado pelo seu valor nominal.

ii) Crédito e juros vencidos

Nesta rubrica são registados o capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados, deduzidos dos juros anulados. Estes montantes são registados por classes de atraso, contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Nesta rubrica são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira em que os contratos tenham sido rescindidos mas cujos bens não tenham ainda sido recuperados. Nestas situações, o valor registado em crédito e juros vencidos inclui o capital vincendo na data de rescisão.

O Banco procede ao abate de créditos quando as operações são consideradas incobráveis. Eventuais recuperações posteriores de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração de resultados, na rubrica "Imparidade de crédito".



iii) Reconhecimento de proveitos e custos

Os juros de operações de crédito, bem como as comissões pagas e recebidas associadas à originação de crédito são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, durante o período de vigência da operação.

As comissões associadas à tomada de facturas em operações de "factoring" sem recurso são integralmente reconhecidas quando recebidas. O impacto do diferimento destas comissões não seria significativo para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

c) Imparidade de activos financeiros ao custo amortizado - crédito concedido e outros valores a receber

O Grupo efectua com uma periodicidade trimestral análises de imparidade das rubricas de "Crédito concedido e outros valores a receber". Para este efeito, a carteira de crédito encontra-se segmentada da seguinte forma:

- . Tipo de negócio
  - . Operações de "factoring"
  - . Aluguer de longa duração (ALD)
  - . Crédito ao consumo
  - . Operações de leasing mobiliário
  - . Crédito a empresas (apoio de tesouraria)
- . Nível de risco atribuído aos clientes em função de critérios definidos internamente
- . Natureza do bem financiado (relativamente aos negócios de ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário)
  - . Aquisição de automóvel em estado novo
  - . Aquisição de automóvel em estado usado
  - . Aquisição de outros bens e serviços

A metodologia de análise de imparidade adoptada pelo Banco prevê, numa primeira fase, a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efectuada individualmente para activos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e colectivamente para grupos homogéneos de activos de montante individual não significativo. Dadas as características da actual carteira de crédito do Banco, apenas são efectuadas análises individuais relativamente a Devedores por operações de factoring e Crédito concedido a empresas para apoio de tesouraria, sendo a restante carteira analisada numa base colectiva.

O IAS 39 identifica alguns eventos que são considerados como indicadores de existência de imparidade em activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, o incumprimento das condições do contrato (evidenciado, por exemplo, nos atrasos do pagamento de rendas), a reestruturação de créditos ou dificuldades financeiras do devedor. Estes indicadores são considerados pelo Banco no âmbito desta análise, assim como outros que resultam do conhecimento dos clientes e do comportamento histórico da carteira ao nível do incumprimento e níveis de recuperação.

No que respeita a activos analisados individualmente em relação aos quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respectivo valor de recuperação. A imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.



Para activos analisados colectivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de activos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro efectiva das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade, os quais se encontram descritos abaixo:

- Definição do período necessário para que o evento de perda, em operações que se encontrem em situação regular na data de análise, seja percepcionado pelo Banco, o qual foi estimado em três meses;
- Classificação das operações em função do período de atraso identificado, nomeadamente operações sem indícios de imparidade (em situação normal), operações com indícios de imparidade (com prestações em atraso) e operações em incumprimento ("default"). As operações são consideradas em incumprimento sempre que o período de atraso seja superior a 90 dias.
- Determinação de probabilidades de incumprimento, as quais são função não só da posição actual da carteira, mas igualmente do seu comportamento passado.
- Determinação dos valores estimados de recuperação após entrada em default, os quais incluem os custos a incorrer no processo de recuperação.

A variação nos valores de imparidade apurados em resultado da diferença entre o valor de balanço do activo e o seu valor estimado de recuperação é registada em custos do exercício na rubrica "Imparidade de crédito", líquida do valor das recuperações de capital e juros, anteriormente abatidos ao activo, ocorridas no período.

e) Passivos financeiros

Esta categoria inclui essencialmente recursos de instituições de crédito e de clientes, assim como passivos subordinados emitidos pelo Grupo, os quais são valorizados ao custo amortizado. Inclui ainda passivos incorridos pela prestação de serviços ou aquisição de bens, os quais são registados na rubrica "Outros passivos".

f) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio em vigor na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados do exercício.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis são registados pelo seu custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos em custos do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

A amortização destes activos é calculada pelo método das quotas constantes numa base sistemática ao longo das vidas úteis estimadas dos bens, as quais em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>Anos</u>
Imóveis	50
Equipamento e mobiliário	5 - 10
Equipamento informático	3 - 4
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

h) Activos intangíveis

Os activos intangíveis respeitam essencialmente a software, o qual é amortizado segundo o método das quotas constantes, durante um período de três anos.

i) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira encontram-se registados na rubrica "Outros activos", pelo valor do capital em dívida à data da rescisão.

Em 31 de Dezembro 2007 e 2006 esta rubrica inclui essencialmente viaturas recebidas em dação de créditos vencidos. Estes activos são objecto de avaliações periódicas, sendo o seu justo valor de mercado, determinado por recurso às tabelas de referência do sector Automóvel (Eurotax). O Banco reconhece perdas por imparidade sempre que o justo valor de mercado destes activos (deduzido de custos a incorrer na venda) seja inferior ao valor pelo qual se encontram contabilizados.

Os activos recebidos em dação de crédito não são sujeitos a amortização.

j) Comissões por serviços prestados

As comissões cobradas a clientes por serviços prestados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- Comissões por prestação de serviços continuados - estas comissões são reconhecidas linearmente ao longo do período durante o qual o serviço é prestado;
- Comissões pela realização de um acto significativo – tratam-se de comissões destinadas a compensar a realização de um acto significativo, sendo registadas no momento em que o serviço é prestado.

k) Especialização de exercícios

O Grupo adopta o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

l) Impostos correntes e diferidos

O Banco e as suas filiais com sede em Portugal estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 corresponde a 26,5% e 27,5%, respectivamente. As filiais e outras entidades de propósitos especiais, domiciliadas para efeitos fiscais fora do território nacional, são tributadas de acordo com as normas em vigor nos respectivos países.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo registados de acordo com a Norma IAS 12 – “Impostos sobre o rendimento” e calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O Banco apenas reconhece impostos diferidos activos quando se estima que estes sejam recuperáveis e na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam assegurar a sua reversão.

O Banco não reconhece impostos diferidos activos ou passivos para as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em empresas filiais por não ser provável que a diferença se reverta no futuro previsível.

A alteração ao artigo 14º do Decreto-Lei nº 35/2005, introduzida pela aprovação da Lei do Orçamento de Estado para 2007, veio clarificar que as Entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal cujas demonstrações financeiras individuais sejam preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas, deverão efectuar o apuramento do seu lucro tributável em conformidade com as referidas normas. Ainda neste âmbito a redacção do artigo 53º do Código do IRC, define disposições transitórias que deverão vigorar até à introdução das necessárias adaptações ao actual texto do Código, face às novas exigências decorrentes do normativo contabilístico em vigor.

As autoridades têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo previamente definido, o qual é de quatro anos em Portugal (excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2004 a 2007.

Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas pelas autoridades fiscais, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Banco não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras consolidadas.



m) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados que tornem provável o futuro dispêndio de recursos, podendo este ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respectiva divulgação, em conformidade com os requisitos do IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e activos contingentes”.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências decorrentes da actividade do Grupo, não sendo, regra geral, aceites como custo fiscal.

n) Caixa e seus equivalentes

Na elaboração da demonstração de fluxos de caixa são incluídos no saído de “Caixa e seus equivalentes” os saldos das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas resultam da análise efectuada à melhor informação disponível na data do seu registo. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir do valor das estimativas registadas, nomeadamente nas seguintes áreas:

*Impostos sobre lucros*

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os impostos sobre lucros foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor para as empresas incluídas no perímetro de consolidação do Banco, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores actualmente registados, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos de gestão do Banco e das restantes empresas do Grupo, poderão encontrar-se sujeitos a alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades fiscais.

*Imparidade do crédito e outros valores a receber*

A determinação de perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber é efectuada de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4.d). As estimativas efectuadas pelo Banco no que respeita ao risco de realização das carteiras de crédito e outros valores a receber resultam da aplicação de pressupostos determinados com base em análises históricas, nomeadamente no que respeita a probabilidades de incumprimento, taxas, períodos e custos de recuperação, assim como da avaliação da informação disponível relativamente ao devedor.

Caso o Banco utilizasse diferentes critérios e pressupostos na determinação das perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber, os valores apurados seriam diferentes dos actualmente reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, o Banco considera que a actual metodologia utilizada é aquela que reflecte de forma mais adequada o risco de incumprimento associado a estes activos.



4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação e os principais dados financeiros retirados das suas contas estatutárias nas referidas datas, são os seguintes:

Sector de actividade/Entidade	Sede	Sector de actividade	2007			2006		
			% Participação Efectiva	Situação Líquida	Resultado Líquido (Nota 19)	% Participação Efectiva	Situação Líquida	Resultado Líquido (Nota 19)
IT Car - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Portugal	Crédito especializado	100%	3.410.012	(7.696)	100%	2.518.010	646.256
Polyfinances, S.A.	Luxemburgo	Gestão de participações sociais	n.a	-	12.831	100%	1.073.740	(26.200)
Multifinance Corporation, Ltd	Malta	Gestão de participações sociais	n.a	-	-	100%	93.101	(13.381)
Polyfinances Holding, Ltd.	Malta	Gestão de participações sociais	n.a	-	-	100%	138.630	(61.385)

Nos exercícios de 2007 e 2006, as principais operações ocorridas com empresas do Grupo foram as seguintes:

Multifinance Corporation Ltd. e Polyfinances Holding Ltd.

Em 31 de Maio de 2006 foi deliberada a dissolução da Multifinance Corporation, Ltd. e da Polyfinance Holding Ltd.. No âmbito da referida liquidação, concretizada no decorrer do exercício de 2007, todos os activos e passivos destas sociedades foram transmitidos para o accionista único, a Polyfinances S.A..

PolyFinances, S.A.

Em Assembleia Geral de accionistas realizada em Dezembro de 2007 foi deliberada a liquidação da Polyfinances, S.A.. Em consequência desta decisão, os activos e passivos desta sociedade foram transmitidos para os seus accionistas na proporção da percentagem detida no seu capital social.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Caixa	47.921	20.047
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	4.320	592.861
	-----	-----
	52.241	612.908
	=====	=====

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências legais de constituição de reservas mínimas de acordo com os requisitos do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% sobre o montante dos depósitos efectuados junto do Banco, acrescido de outros passivos elegíveis.

(Montantes expressos em Euros)

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Depósitos à ordem		
· No país	6.636.171	3.044.572
· No estrangeiro	81	411.733
	-----	-----
	6.636.252	3.456.305
Valores a cobrar	1.613	200.622
	-----	-----
	<u>6.637.865</u>	<u>3.656.927</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Valores a cobrar" respeita essencialmente a cheques sobre clientes de outras instituições de crédito enviados para compensação, os quais foram regularizados nos primeiros dias do exercício seguinte.

7. CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Crédito Vincendo		
· Vendas a crédito	677.265.594	389.000.100
· Locação financeira mobiliária	233.197.158	219.223.729
· Factoring	153.449.845	146.237.187
· Aluguer de longa duração	120.399.463	99.927.541
· Créditos em conta corrente	19.114.325	1.243.993
· Cartões de crédito	10.972.757	220.866
· Outros créditos	94.674	1.067.147
	-----	-----
	1.214.493.816	856.920.563
Crédito e juros vencidos	31.847.022	13.809.532
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos	1.255.365	881.938
Encargos diferidos com comissões associadas ao custo amortizado, líquido de receitas diferidas	23.159.371	12.007.924
	-----	-----
	1.270.755.574	883.619.957
Imparidade para crédito (Nota 13)	( 36.867.214 )	( 14.902.795 )
	-----	-----
	<u>1.233.888.360</u>	<u>868.717.162</u>
	=====	=====

O movimento na imparidade para crédito concedido nos exercícios de 2007 e 2006 é apresentado na Nota 13.

Handwritten signature and initials, possibly 'G. Am' and 'R2', with a small mark 'B' to the right.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o crédito concedido a clientes por sector de actividade, excluindo crédito e juros vencidos, apresentava a seguinte composição:

	2007	2006
Comércio a retalho	189.474.039	164.286.974
Construção	23.277.187	22.094.804
Serviços	17.659.688	17.938.847
Comércio por grosso	15.147.389	14.196.716
Transportes e comunicações	9.360.870	7.184.298
Indústrias Extractivas	4.697.456	4.326.484
Restaurantes e hotéis	4.926.902	4.164.563
Papel, artes gráficas e editoras	4.201.363	3.929.757
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	3.130.072	3.159.170
Alimentação, bebidas e Tabaco	2.370.276	2.129.895
Agricultura e Silvicultura	2.370.679	1.952.424
Têxteis	1.157.311	1.087.824
Madeira e cortiça	1.253.734	911.392
Químicas	339.333	408.530
Electricidade, água e gás	103.253	151.344
Particulares	888.757.279	572.538.471
Outras actividades	46.266.985	36.459.070
	<u>1.214.493.816</u>	<u>856.920.563</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o crédito vincendo apresentava a seguinte estrutura por tipo de crédito e maturidade:

	2007						
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Cartões de Crédito	Outros créditos	Total
Até 1 ano	56.694.489	13.113.317	153.449.845	10.624.705	10.972.757	19.208.999	264.064.112
De 1 a 5 anos	396.164.162	188.472.007	-	85.788.321	-	-	670.424.490
A mais de 5 anos	224.406.943	31.611.834	-	23.986.437	-	-	280.005.214
	<u>677.265.594</u>	<u>233.197.158</u>	<u>153.449.845</u>	<u>120.399.463</u>	<u>10.972.757</u>	<u>19.208.999</u>	<u>1.214.493.816</u>
	2006						
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Cartões de Crédito	Outros créditos	Total
Até 1 ano	16.884.592	12.142.660	146.237.187	16.384.023	220.866	2.311.140	194.180.468
De 1 a 5 anos	262.300.508	180.570.053	-	74.149.868	-	-	517.020.429
A mais de 5 anos	109.815.000	26.511.016	-	9.393.650	-	-	145.719.666
	<u>389.000.100</u>	<u>219.223.729</u>	<u>146.237.187</u>	<u>99.927.541</u>	<u>220.866</u>	<u>2.311.140</u>	<u>856.920.563</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte estrutura por antiguidade de saldos e por tipo de crédito:

	2007						Total
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Cartões de Crédito	Outros créditos	
De 1 a 3 meses	3.782.307	1.285.447	1.778.338	552.756	257.263	612.565	8.268.676
De 3 a 6 meses	1.941.457	685.890	176.888	181.315	339.435	77.144	3.402.129
De 6 a 12 meses	4.421.384	1.069.104	12.341	285.853	471.782	79.925	6.340.389
De 1 a 3 anos	6.012.022	1.250.444	-	825.464	1.146.324	251.284	9.485.538
Superior a 3 anos	1.758.135	746.945	-	891.152	116.556	837.502	4.350.290
	<u>17.915.305</u>	<u>5.037.830</u>	<u>1.967.567</u>	<u>2.736.540</u>	<u>2.331.360</u>	<u>1.858.420</u>	<u>31.847.022</u>

	2006						Total
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Cartões de Crédito	Outros créditos	
De 1 a 3 meses	1.388.194	890.708	806.964	395.218	3.542	205.496	3.690.122
De 3 a 6 meses	1.038.883	554.347	969.963	330.228	165.796	128.253	3.187.470
De 6 a 12 meses	1.669.950	724.338	733.306	345.347	120.379	48.470	3.641.790
De 1 a 3 anos	382.709	232.487	-	717.251	96.920	194.768	1.624.135
Superior a 3 anos	29.502	12.499	-	1.078.585	-	545.429	1.666.015
	<u>4.509.238</u>	<u>2.414.379</u>	<u>2.510.233</u>	<u>2.866.629</u>	<u>386.637</u>	<u>1.122.416</u>	<u>13.809.532</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o crédito vincendo associado a crédito vencido com antiguidade superior a 90 dias, ascende a cerca de 22.941.000 Euros e 11.867.000 Euros, respectivamente.

No exercício de 2007, o Banco alienou por 2.210.752 Euros um conjunto de créditos ao consumo com um valor nominal em dívida de 39.835.195 Euros, os quais, na data da celebração do contrato se encontravam integralmente abatidos ao activo. O valor recebido no âmbito do referido contrato de cessão de créditos foi registado na rubrica "Recuperação de crédito e juros vencidos" (Nota 13).

8. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nas rubricas "Outros activos tangíveis" e "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2007 e 2006 foram os seguintes:

	2007					Saldo Final		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Incorporação das Ex-Sucursais	Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências	Valor bruto	Amortizações acumuladas
<b>Outros activos tangíveis:</b>								
Imóveis de serviço próprio	8.408.155	(1.137.565)	-	-	(107.967)	-	8.408.155	(1.245.532)
Obras em imóveis arrendados	902.889	(654.559)	-	334.907	(114.061)	-	1.237.796	(768.620)
Equipamento:								
Mobiliário e material	935.462	(919.207)	7.271	6.091	(10.520)	-	1.084.317	(1.065.220)
Máquinas e ferramentas	188.633	(182.732)	-	695	(1.453)	-	189.328	(184.185)
Equipamento informático	4.677.073	(4.385.488)	49.460	116.359	(189.795)	-	5.195.445	(4.927.836)
Instalações interiores	735.146	(659.745)	-	2.695	(17.427)	-	737.841	(677.172)
Material de transporte	16.215	(16.216)	1	-	-	-	27.830	(27.830)
Equipamento de segurança	40.272	(29.998)	-	6.272	(1.776)	-	46.544	(31.774)
Outros equipamentos	32.008	(32.008)	-	-	-	-	32.008	(32.008)
Outras imobilizações corpóreas	1.226	(1.197)	-	-	(28)	-	1.226	(1.225)
	<u>15.937.079</u>	<u>(8.018.715)</u>	<u>56.732</u>	<u>467.019</u>	<u>(443.027)</u>	<u>-</u>	<u>16.960.490</u>	<u>(8.961.402)</u>
<b>Activos intangíveis:</b>								
Software	3.710.345	(3.474.283)	49.392	1.143.128	(403.621)	42.000	5.173.406	(4.106.445)
Imobilizações em curso	16.800	-	-	121.307	-	(42.000)	96.107	-
	<u>3.727.145</u>	<u>(3.474.283)</u>	<u>49.392</u>	<u>1.264.435</u>	<u>(403.621)</u>	<u>-</u>	<u>5.269.513</u>	<u>(4.106.445)</u>
	<u>19.664.224</u>	<u>(11.492.998)</u>	<u>106.124</u>	<u>1.731.454</u>	<u>(846.648)</u>	<u>-</u>	<u>22.230.003</u>	<u>(13.067.847)</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

	2006								
	Saldos iniciais		Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências	Abates e alienações		Saldos finais	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor bruto	Amortizações acumuladas
<b>Outros activos tangíveis:</b>									
Imóveis de serviço próprio	8.408.155	(1.029.598)	-	(107.967)	-	-	-	8.408.155	(1.137.565)
Obras em imóveis arrendados	733.369	(606.505)	169.520	(48.054)	-	-	-	902.889	(654.559)
<b>Equipamento:</b>									
Mobiliário e material	933.086	(909.056)	2.376	(10.151)	-	-	-	935.462	(919.207)
Máquinas e ferramentas	187.898	(180.869)	735	(1.863)	-	-	-	188.633	(182.732)
Equipamento informático	4.561.364	(4.198.046)	115.928	(187.442)	-	(219)	-	4.677.073	(4.385.488)
Instalações interiores	726.915	(635.714)	8.231	(24.031)	-	-	-	735.146	(659.745)
Material de transporte	16.215	(16.008)	-	(208)	-	-	-	16.215	(16.216)
Equipamento de segurança	35.023	(28.686)	5.249	(1.312)	-	-	-	40.272	(29.998)
Outros equipamentos	32.008	(32.008)	-	-	-	-	-	32.008	(32.008)
Outras immobilizações corpóreas	1.226	(1.137)	-	(60)	-	-	-	1.226	(1.197)
	<u>15.635.259</u>	<u>(7.637.627)</u>	<u>302.039</u>	<u>(381.088)</u>	<u>-</u>	<u>(219)</u>	<u>-</u>	<u>15.937.079</u>	<u>(8.018.715)</u>
<b>Activos intangíveis:</b>									
Software	3.599.812	(3.350.511)	66.043	(123.772)	44.490	-	-	3.710.345	(3.474.283)
Immobilizações em curso	17.796	-	43.494	-	(44.490)	-	-	16.800	-
	<u>3.617.608</u>	<u>(3.350.511)</u>	<u>109.537</u>	<u>(123.772)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.727.145</u>	<u>(3.474.283)</u>
	<u>19.252.867</u>	<u>(10.988.138)</u>	<u>411.576</u>	<u>(504.860)</u>	<u>-</u>	<u>(219)</u>	<u>-</u>	<u>19.664.224</u>	<u>(11.492.998)</u>

9. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os saldos de activos e passivos por impostos correntes e diferidos apresentam a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Passivos por impostos correntes		
· Imposto do exercício a pagar	( 1.682.142 )	( 2.803.863 )
Activos por impostos correntes	104.482	7.280
	<u>-----</u>	<u>-----</u>
	( 1.577.660 )	( 2.796.583 )
	<u>=====</u>	<u>=====</u>
Activos por impostos diferidos	3.339.454	1.276.531
Passivos por impostos diferidos	( 1.662.562 )	( 919.185 )
	<u>-----</u>	<u>-----</u>
	1.676.892	357.346
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Nos exercícios de 2007 e 2006, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser resumidos como se segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Impostos correntes		
· Do exercício	6.936.781	5.711.848
· Correções a exercícios anteriores	2.130.303	( 11.793 )
	<u>-----</u>	<u>-----</u>
	9.067.084	5.700.055
Impostos diferidos – dotações, líquidas de reversões	( 2.112.681 )	297.152
	<u>-----</u>	<u>-----</u>
Total de impostos registados em resultados	6.954.403	5.997.207
	<u>=====</u>	<u>=====</u>
Resultados antes de impostos	23.617.279	18.517.491
	<u>-----</u>	<u>-----</u>
Carga fiscal	29,45%	32,39%

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto para os exercícios de 2007 e 2006, pode ser detalhada como se segue:

	2007		2006	
	Taxa de imposto	Imposto	Taxa de imposto	Imposto
Resultado antes de impostos		23.617.279		18.517.491
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	26,50%	6.258.579	27,50%	5.092.310
<b>Diferenças permanentes</b>				
Contratos de associação não relevantes para efeitos fiscais	2,19%	517.485	2,49%	461.058
Outras diferenças permanentes	0,21%	50.568	0,35%	64.390
Utilização de prejuízos fiscais	-	-	(0,65%)	(121.221)
Efeito da alteração da taxa de imposto	-	-	0,17%	30.952
Outros	(0,27%)	(64.064)	2,60%	481.511
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	28,63%	6.762.568	32,45%	6.009.000
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto de exercícios anteriores				
Imposto corrente	9,02%	2.130.303	(0,06%)	(11.793)
Imposto diferido - Ajustamentos de transição para NCA	(8,21%)	(1.938.468)	-	-
Correcções de impostos relativas a exercícios anteriores	0,81%	191.835	(0,06%)	(11.793)
Impostos sobre os lucros	29,45%	6.954.403	32,39%	5.997.207

Conforme referido na Nota 2.4 I), as alterações introduzidas ao artigo 14º do Decreto-Lei nº 25/2005, aprovadas pela Lei do Orçamento de Estado para 2007, veio estabelecer a obrigatoriedade das entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal e que estejam obrigadas a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA"), efectuarem o apuramento do lucro tributável de acordo com as referidas normas. Adicionalmente, o nº 2 do artigo 57º da Lei do Orçamento de Estado veio definir disposições transitórias relativamente à implementação das NCA, no âmbito das quais, as variações patrimoniais decorrentes da transição entre o anterior normativo contabilístico (Plano de Contas para o Sector Bancário – PCSB) e as NCA, que sejam fiscalmente relevantes de acordo com as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), concorrem em partes iguais para a formação do lucro tributável no exercício de 2006 e nos quatro exercícios subsequentes. Em consequência desta situação, o Banco reconheceu no exercício de 2007 uma insuficiência no apuramento do imposto corrente do exercício de 2006 relacionada com os ajustamentos de transição para o novo normativo contabilístico no montante de 1.938.468 Euros, a qual foi integralmente compensada pelo registo de proveitos com impostos diferidos de igual montante.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

O movimento nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	2007					Saldos em 31-12-2007
	Saldos em 31-12-2006	Incorporação das Ex-Sucursais	Reforços	Realizações/ anulações	Outros movimentos	
<b>Activos por impostos diferidos</b>						
Imparidade para crédito concedido	1.236.781	1.104.447	87.715	-	-	2.428.943
Provisões	39.750	-	86.499	-	-	126.249
<b>Total de activos por impostos diferidos:</b>	<b>1.276.531</b>	<b>1.104.447</b>	<b>174.214</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.555.192</b>
Correcções relacionadas com os ajustamentos de transição para IAS/IFRS:						
Desreconhecimento de activos financeiros	-	-	753.792	-	-	753.792
Outros	-	-	30.470	-	-	30.470
<b>Total de activos por impostos diferidos:</b>	<b>1.276.531</b>	<b>1.104.447</b>	<b>958.476</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.339.454</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>						
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(919.185)	(1.897.583)	-	1.154.205	1	(1.662.562)
<b>Total de passivos por impostos diferidos:</b>	<b>(919.185)</b>	<b>(1.897.583)</b>	<b>-</b>	<b>1.154.205</b>	<b>1</b>	<b>(1.662.562)</b>
Saldo líquido	357.346	(793.136)	958.476	1.154.205	1	1.676.892

	2006					Saldos em 31-12-2006
	Saldos em 31-12-2005	Reforços	Realizações/ anulações	Alteração da taxa	Outros movimentos	
<b>Activos por impostos diferidos</b>						
Imparidade para crédito concedido	1.995.296	216.011	(910.386)	(64.139)	(1)	1.236.781
Provisões	41.250	-	-	(1.500)	-	39.750
<b>Total de activos por impostos diferidos:</b>	<b>2.036.546</b>	<b>216.011</b>	<b>(910.386)</b>	<b>(65.639)</b>	<b>(1)</b>	<b>1.276.531</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>						
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(1.382.047)	-	428.175	34.687	-	(919.185)
<b>Total de passivos por impostos diferidos:</b>	<b>(1.382.047)</b>	<b>-</b>	<b>428.175</b>	<b>34.687</b>	<b>-</b>	<b>(919.185)</b>
Saldo líquido	654.499	216.011	(482.211)	(30.952)	(1)	357.346

Na sequência da aprovação da nova Lei das Finanças Locais, a partir de 1 de Janeiro de 2007 o apuramento da derrama passou a corresponder no máximo a 1,5% sobre o lucro tributável determinado em cada exercício. Até ao final do exercício de 2006, o valor da derrama correspondia a 10% sobre a colecta. Em função da referida alteração, o Banco e as suas filiais, quando aplicável, consideraram no apuramento de impostos diferidos activos e passivos reversíveis em exercícios futuros, uma taxa nominal de imposto de 26,5%, tendo em consequência deste facto reconhecido um custo no exercício de 2006 no montante de 30.952 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a reconciliação entre o imposto corrente do exercício e o valor do imposto a pagar apresenta o seguinte detalhe:

	2007	2006
Imposto corrente do exercício	6.936.781	5.711.848
Pagamentos por conta	( 5.254.641 )	( 2.907.986 )
Outros	2	1
Imposto sobre o rendimento a pagar	1.682.142	2.803.863

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

10. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Outros activos		
. Imposto a recuperar	16.806.801	16.573.519
. Aplicações por recuperação de créditos	2.351.524	1.884.049
. Devedores diversos	4.762.284	2.730.766
	-----	-----
	23.920.609	21.188.334
Valores diversos a regularizar	3.025.594	1.783.953
Rendimentos a receber		
. Comissões e outros valores a receber	422.546	519.777
Despesas com encargos diferidos	550.115	491.877
	-----	-----
	27.918.864	23.983.941
Imparidade (Nota 13)		
Aplicações por recuperação de créditos	( 1.587.320 )	( 1.392.453 )
Impostos a recuperar	( 1.183.407 )	( 1.183.407 )
Outros activos	( 2.044.516 )	( 2.011.236 )
	-----	-----
	( 4.815.243 )	( 4.587.096 )
	-----	-----
	23.103.621	19.396.845
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Imposto a recuperar" inclui 16.148.866 Euros, relativos a reembolsos pedidos e reclamações efectuadas em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor da imparidade constituída para estes activos ascende a 1.183.407 Euros, e reflecte a expectativa do Banco quanto ao respectivo valor de realização nessas datas.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Outros activos - devedores diversos" inclui 854.910 Euros e 567.364 Euros, respectivamente, relativos a valores a receber por alienação de viaturas.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os montantes registados em "Aplicações por recuperação de créditos", correspondem essencialmente a veículos recebidos em dação em pagamento de crédito. O movimento no valor bruto destes activos no exercício, apresenta o seguinte detalhe:

Saldo em 31 de Dezembro de 2006	1.884.049
Recuperações	6.620.698
Alienações	( 6.150.116 )
Outros	( 3.107 )
	-----
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	2.351.524
	=====

O movimento na imparidade das rubricas de "Outros activos" nos exercícios de 2007 e 2006 é apresentado na Nota 13.

11. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Descobertos em depósitos à ordem	76.668.342	24.381.400
Depósitos e outros recursos	943.028.915	679.000.000
Juros a pagar	17.175.934	8.857.875
	<u>1.036.873.191</u>	<u>712.239.275</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Descobertos em depósitos à ordem" inclui 76.668.342 Euros e 24.380.930 Euros, respectivamente, relativos a descobertos mantidos junto do Banco Santander Totta, S.A..

12. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Depósitos à ordem	840.924	1.542.355
Cheques e ordens a pagar	4.945.881	2.620.181
	<u>5.786.805</u>	<u>4.162.536</u>
Juros a pagar		
Depósitos à ordem	329.822	556.565
	<u>6.116.627</u>	<u>4.719.101</u>

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso n.º 11/94 de 21 de Dezembro, do Banco de Portugal (Nota 21).

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

## 13. MOVIMENTO EM PROVISÕES E IMPARIDADE

Nos exercícios de 2007 e 2006 os movimentos ocorridos nas provisões e imparidades foram os seguintes:

	2007						Recuperação de crédito e juros vencidos	
	Saldos em 31.12.2006	Incorporação Ex-Sucursais	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Outros movimentos		Saldos em 31.12.2007
Imparidade para crédito (Nota 7)	14.902.795	16.462.887	25.079.246	(11.543.672)	(8.033.839)	(203)	36.867.214	(9.842.118)
Imparidade:								
· Impostos a recuperar (Nota 10)	1.183.407	-	-	-	-	-	1.183.407	-
· Devedores e outros activos (Nota 10)	2.011.236	-	33.280	-	-	-	2.044.516	-
· Aplicações por recuperação de crédito (Nota 10)	1.392.453	-	2.703.388	(2.508.521)	-	-	1.587.320	-
	4.587.096	-	2.736.668	(2.508.521)	-	-	4.815.243	-
Provisões	150.000	-	72.500	(150.000)	-	-	72.500	-
	19.639.891	16.462.887	27.888.414	(14.202.193)	(8.033.839)	(203)	41.754.957	(9.842.118)
	2006							
	Saldos em 31.12.2005	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Outros movimentos	Saldos em 31.12.2006	Recuperação de crédito e juros vencidos	
Imparidade para crédito (Nota 7)	16.417.547	16.739.912	(12.838.838)	(7.182.032)	1.766.206	14.902.795	(6.821.649)	
Imparidade:								
· Impostos a recuperar (Nota 10)	-	-	-	-	1.183.407	1.183.407	-	
· Devedores e outros activos (Nota 10)	680.925	2.439.995	(34.025)	(516.966)	(558.693)	2.011.236	-	
· Aplicações por recuperação de crédito (Nota 10)	1.597.876	2.752.506	(2.981.664)	-	23.735	1.392.453	-	
	2.278.801	5.192.501	(3.015.689)	(516.966)	648.449	4.587.096	-	
Provisões	1.006.996	326.411	(4.403)	-	(1.179.004)	150.000	-	
	19.703.344	22.258.824	(15.858.930)	(7.698.998)	1.235.651	19.639.891	(6.821.649)	

Conforme referido em maior detalhe na Nota 7, no exercício de 2007 o Banco alienou um conjunto de créditos ao consumo, os quais se encontravam na data de celebração do contrato integralmente abatidos ao activo. A mais valia realizada na venda, no montante de 2.210.752 Euros, foi registada na rubrica "Recuperação de crédito e juros vencidos".

No exercício de 2006, os "Outros movimentos" na rubrica de "Imparidade para crédito" incluem 1.230.514 Euros referentes à imparidade dos contratos adquiridos no âmbito do exercício da "Clean up call" das operações de securitização Silk Finance nº 2. Os créditos adquiridos ao veículo no âmbito desta operação foram registados em balanço pelo seu valor nominal, líquido de imparidade acumulada.

(Montantes expressos em Euros)

**14. PASSIVOS SUBORDINADOS**

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Obrigações de Caixa subordinadas "Interbanco 05/15"	15.000.000	15.000.000
Juros a pagar	192.058	169.456
	-----	-----
	<u>15.192.058</u>	<u>15.169.456</u>
	=====	=====

As Obrigações de Caixa subordinadas "Interbanco 05/15" foram emitidas em 28 de Setembro de 2005, com um prazo de 10 anos, tendo data de reembolso em 28 de Setembro de 2015. Estas obrigações vencem juros à taxa Euribor a 6 meses, adicionada de 0,75%. Os juros são pagos semestral e postecipadamente em 28 de Março e 28 de Setembro de cada ano. Após o quinto ano, o Banco poderá efectuar o reembolso desta emissão, ao par ("call option"), mediante autorização prévia do Banco de Portugal. Caso esta opção não seja exercida, a remuneração das obrigações a partir dessa data corresponderá ao mesmo indexante acrescido de 1,25%.

**15. OUTROS PASSIVOS**

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Valores a pagar ao Estado:		
· Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.623.126	777.112
· Imposto do Selo	612.786	343.190
· Retenção de impostos na fonte	145.995	113.868
· Contribuições para a Segurança Social	139.456	125.123
· Outros	-	648
	-----	-----
	<u>2.521.363</u>	<u>1.359.941</u>
Credores:		
· Credores por contratos de factoring	48.777.397	44.198.357
· Cauções recebidas – contratos de ALD	18.932.077	19.672.467
· Fornecedores conta corrente	1.459.313	2.381.465
· Facturas em recepção e conferência	1.315.081	1.506.514
· Outros credores	2.257.976	1.404.438
	-----	-----
	<u>72.741.844</u>	<u>69.163.241</u>
Operações passivas a regularizar	5.012.585	4.393.404
Encargos a pagar:		
· Gastos gerais administrativos	4.113.863	3.485.516
· Acordos de participação	2.862.482	2.738.421
· Acréscimos de custos para férias e subsídio de férias	812.556	707.916
· Bónus a distribuir aos colaboradores	535.608	600.000
· Seguros a pagar	362.913	1.158.032
· Outros encargos a pagar	47.474	177.477
	-----	-----
	<u>8.734.896</u>	<u>8.867.362</u>
Receitas com rendimento diferido	447.816	339.023
	-----	-----
	<u>89.458.504</u>	<u>84.122.971</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Credores por contratos de factoring" representa as responsabilidades para com os Aderentes relativas ao valor da facturação de operações sem recurso em processo de cobrança, líquidas de adiantamentos efectuados e notas de crédito emitidas.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Cauções recebidas – contratos de ALD", respeita ao diferencial entre o valor entregue pelos clientes no início das operações de aluguer de longa duração e o valor residual dos respectivos contratos. Na rubrica de crédito concedido encontra-se reflectido o valor líquido do financiamento efectivamente concedido pelo Banco aos clientes, o qual corresponde ao valor de aquisição do bem, deduzido dos pagamentos que efectuaram antecipadamente.

A rubrica "Encargos a pagar – acordos de participação", diz respeito à participação nos resultados em operações de financiamento automóvel decorrentes do estabelecimento de acordos de associação em participação realizados entre o Banco e sociedades de importação e distribuição automóvel. No âmbito destas operações, o Banco partilha com as referidas sociedades os resultados obtidos num determinado conjunto de operações de financiamento, em função das condições previamente acordadas entre as partes.

16. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital social do Banco encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 37.500.000 acções de valor nominal de 1 Euro cada, com a seguinte composição:

	Número de <u>acções</u>	Percentagem <u>de participação</u>
Santander Consumer Finance, S.A.	18.750.500	50,001%
SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA	18.749.499	49,998%
BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	1	0,001%
	-----	-----
	37.500.000	100,000%
	=====	=====

Em 2 de Janeiro de 2007, por deliberação unânime dos accionistas em Assembleia Geral foi decidida a realização de um aumento do capital social do Banco no montante de 29.092.947 Euros, mediante a emissão de 29.092.947 novas acções com um valor nominal de 1 Euro cada e com um prémio de emissão global de 12.790.664 Euros. Esta deliberação envolveu a concentração de todas as actividades do Santander Consumer em Portugal no Banco, o qual a partir do dia 2 de Janeiro de 2007 passou a integrar as Sucursais do Santander Consumer Finance, S.A. e do Santander Consumer E.F.C., S.A. em Portugal, tendo sido concretizada do seguinte modo:

- i) Pelo accionista Santander Consumer Finance, S.A., detentor de 50,001% do capital social, no montante de 7.943.968 Euros, mediante a subscrição de 7.943.968 acções, através de entradas em espécie por entrega de bens, conforme descrito abaixo:
  - Conversão em capital de créditos relativos a prestações acessórias concedidas ao Banco, no montante de 7.481.968 Euros;
  - Transferência patrimonial dos bens relativos à unidade de negócio da sua Sucursal, Santander Consumer Finance (Sucursal em Portugal), cuja actividade consiste no financiamento por cartão de crédito. A transmissão dos elementos patrimoniais da Sucursal, no montante de 462.000 Euros, produziu efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, tendo sido inscritos no balanço do Banco pelo seu valor líquido contabilístico na data da transmissão.

- ii) Pelo Santander Consumer, Establecimiento Financiero de Crédito, S.A., no montante de 13.261.300 Euros, mediante a subscrição de 13.261.300 acções, através de entradas em espécie por entrega de bens, realizadas através da transferência para o Banco dos bens relativos à unidade de negócio da sua Sucursal em Portugal, Santander Consumer Establecimiento Financiero de Crédito, (Sucursal em Portugal), cuja actividade consiste na concessão de crédito ao consumo e financiamento automóvel. A transmissão dos elementos patrimoniais da Sucursal, avaliados pelo referido montante da subscrição realizada, produziu efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, tendo sido inscritos no balanço do Banco pelo seu valor líquido contabilístico na data da transmissão.
- iii) Pelo accionista SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., detentor de 49,998% do capital social, no montante de 7.887.679 Euros, mediante a subscrição de 7.887.679 acções, a realizar conforme descrito abaixo:
- Em espécie, através da conversão em capital de créditos relativos a prestações acessórias concedidas ao Banco, no montante de 7.481.968 Euros;
  - Em numerário, pelo montante remanescente do capital subscrito, no valor de 405.711 Euros.

Ainda em consequência desta operação, o accionista SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., realizou nesta data, em numerário, um prémio de emissão no montante de 12.790.664 Euros, o qual foi determinado em função da valorização do efeito na actividade do Banco da incorporação do negócio das Sucursais em Portugal do Santander Consumer Finance, S.A. e do Santander Consumer, E.F.C., S.A..

Em Outubro de 2007, no âmbito do acordo de alienação da participação detida pelo accionista SAG Gest – Soluções Automóveis Global, S.A. no Banco, foi concretizada a aquisição pela Santander Consumer Finance, S.A. de 28,155% do capital social do Banco. A alienação dos remanescentes 11,845% do capital social do Banco foi realizada posteriormente em Janeiro de 2008.

Como consequência das operações descritas anteriormente, em 31 de Dezembro de 2007 a estrutura accionista do Banco apresentava a seguinte composição:

	Número de acções	Percentagem de participação
Santander Consumer Finance, S.A.	45.443.968	69,241%
Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	13.261.300	19,914%
SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A.	7.887.679	11,845%
	=====	=====
	66.592.947	100,000%
	=====	=====

## 17. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro 2006, a rubrica "Outros instrumentos de capital" ascendia a 14.963.937 Euros e respeitava ao valor das prestações acessórias não remuneradas concedidas ao Banco em Dezembro de 2000, com o objectivo de financiamento da sua actividade. As prestações acessórias foram realizadas pelos então accionistas do Banco, BCP Empresas, SGPS, Sociedade Unipessoal Lda. e SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, S.A., pelo montante de 7.481.968 Euros cada. Em consequência da alienação da participação detida no Banco pelo BCP Empresas, SGPS, Sociedade Unipessoal Lda. à Santander Consumer Finance, S.A., concretizada em Janeiro de 2006, a posição detida por esta Sociedade foi igualmente vendida ao actual accionista.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

Conforme descrito em maior detalhe na Nota 16, em Assembleia Geral de accionistas realizada em 2 de Janeiro de 2007 foi deliberado o aumento do capital social do Banco em 29.092.047 Euros mediante a emissão de 29.092.947 novas acções com um valor nominal de 1 Euro cada. A subscrição das novas acções foi parcialmente realizada em espécie, mediante conversão destes créditos em capital social.

18. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as Outras Reservas e Resultados Transitados têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Prémio de Emissão	12.790.664	-
Reserva Legal	7.659.228	6.486.257
Outras Reservas	51.995	118.978
Resultados Transitados	21.472.885	10.125.572
	-----	-----
	41.974.772	16.730.807
	=====	=====

Nos termos da portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

19. RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO

O resultado consolidado do Grupo foi determinado da seguinte forma:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Resultado líquido individual das entidades incluídas no perímetro de consolidação:		
Banco Santander Consumer Portugal	16.129.726	11.729.706
IT Car – Aluguer e Comércio de Automóveis	( 7.696 )	646.256
Polyfinances Holding Ltd	12.831	( 61.385 )
Polyfinances S.A.	-	( 26.260 )
Multifinance Corporation Ltd	-	( 13.381 )
	-----	-----
	16.134.861	12.274.936
Ajustamentos de consolidação:		
Reversão de imparidade em crédito concedido, líquida de impostos diferidos	528.015	127.571
Outros	-	117.777
	-----	-----
	16.662.876	12.520.284
	=====	=====

**20. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS**

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Garantias prestadas	2.176.894	773.137
Compromissos perante terceiros	246.751.595	3.059.913

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Compromissos perante terceiros" respeita essencialmente a linhas de crédito associadas a operações de concessão de crédito a clientes através de cartões.

**21. MARGEM FINANCEIRA**

Nos exercícios de 2007 e 2006, a Margem Financeira tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Juros e proveitos similares		
· Juros de financiamento de vendas a crédito e financiamento em conta corrente	66.804.984	39.259.537
· Juros de crédito em locação	26.000.237	23.346.048
· Juros de adiantamentos de "factoring"	4.063.539	3.152.414
· Juros de financiamento através de cartão de crédito	1.618.109	83.442
· Comissões de abertura de contrato	4.506.808	2.356.235
· Outros juros e proveitos		
· Operações de concessão de crédito	113.968	-
· Outros	169.795	74.550
	-----	-----
	103.277.440	68.272.226
	-----	-----
Juros e custos similares		
· Juros de recursos de instituições de crédito	37.680.484	21.524.487
· Comissões		
- De intermediação	12.473.356	6.936.351
- Rappel	5.524.515	3.621.100
· Acordos de participação	2.481.399	2.944.894
· Juros de empréstimos subordinados	711.391	612.890
· Juros de depósitos de outros residentes	311.738	272.613
· Juros de operações de factoring	289.392	151.059
	-----	-----
	59.472.275	36.063.394
	-----	-----
Margem Financeira	43.805.165	32.208.832
	=====	=====

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

No exercício de 2007, os proveitos e custos relativos a crédito concedido, em função da sua origem (ex-Interbanco, IT Car e Ex-Sucursais), apresentam a seguinte composição:

	Ex-Interbanco e IT Car	Ex-Sucursais	Total
<b>Juros e proveitos similares</b>			
Juros de financiamento de vendas a crédito e financiamento em conta corrente	45.373.606	21.431.378	66.804.984
Juros de leasing	23.277.866	2.722.371	26.000.237
Juros de adiantamentos de "factoring"	4.063.539	-	4.063.539
Juros de financiamento através de cartões de crédito	82.092	1.536.017	1.618.109
Comissões de abertura de contrato	2.792.441	1.714.367	4.506.808
Outros juros e proveitos	113.968	-	113.968
	<u>75.703.512</u>	<u>27.404.133</u>	<u>103.107.645</u>
<b>Juros e custos similares</b>			
Comissões de intermediação	(7.784.643)	(4.688.713)	(12.473.356)
Comissões Rappel	(4.172.166)	(1.352.349)	(5.524.515)
Acordos de participação	(2.481.399)	-	(2.481.399)
Juros de operações de "factoring"	(289.392)	-	(289.392)
	<u>(14.727.600)</u>	<u>(6.041.062)</u>	<u>(20.768.662)</u>
Proveitos e custos em operações de crédito concedido	<u>60.975.912</u>	<u>21.363.071</u>	<u>82.338.983</u>

Nos exercícios de 2007 e 2006, os juros e custos similares, incluem 16.810 Euros e 14.843 Euros, respectivamente, relativos à contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 12).

22. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2007 e 2006, os Rendimentos e encargos de serviços e comissões têm a seguinte composição:

	2007	2006
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
. Comissões de colocação de seguros	4.139.793	1.043.150
. Comissões por prestação de serviços	3.634.880	721.727
. Operações de factoring	1.659.479	1.782.815
. Garantias prestadas	10.699	5.799
. Outros proveitos de comissões	1.049.724	282.181
	<u>10.494.575</u>	<u>3.835.672</u>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
. Por serviços bancários de terceiros	1.331.040	528.473
. Comissões de colocação de seguros	882.313	249.480
. Comissões de apoio fixo por contrato	306.604	414.574
. Outros custos com comissões	92.731	77.516
	<u>2.612.688</u>	<u>1.270.043</u>
	<u>7.881.887</u>	<u>2.565.629</u>

Nos exercícios de 2007 e 2006, a rubrica "Rendimentos de serviços e comissões – Comissões de colocação de seguros" respeita a comissões recebidas pelo BSCP de companhias de seguros relativamente a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. Na rubrica "Encargos com serviços e comissões - Comissões de colocação de seguros" encontra-se reflectida a comissão paga pelo Banco a concessionários pela angariação de contratos de financiamento relativamente aos quais o cliente subscreveu simultaneamente o respectivo seguro de protecção de crédito. Os proveitos e encargos relativos a comissões recebidas das companhias de seguros e pagas a angariadores, são reconhecidos no exercício em que são concretizadas as operações de crédito respectivas.

(Montantes expressos em Euros)

**23. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS**

Nos exercícios de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucros em operações financeiras:		
· Ganhos em instrumentos financeiros derivados	-	17.047
	-----	-----
	-	17.047
	-----	-----
Prejuízos em operações financeiras:		
· Perdas em instrumentos financeiros derivados	-	9.760
· Outros prejuízos financeiros	15.340	705.601
	-----	-----
	15.340	715.361
	-----	-----
	( 15.340 )	( 698.314 )
	=====	=====

**24. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO**

Nos exercícios de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Outros proveitos de exploração:		
· Prestação de serviços	472.180	517.182
· Mais-valias em bens de locação financeira	1.526.966	1.510.620
· Outros	2.581.891	2.435.030
	-----	-----
	4.581.037	4.462.832
	-----	-----
Outros custos de exploração:		
· Menos-valias em bens de locação financeira	829.675	1.102.544
· Outros custos de exploração	538.582	824.652
· Outros impostos	829.808	274.605
	-----	-----
	2.198.065	2.201.801
	-----	-----
	2.382.972	2.261.031
	=====	=====

(Montantes expressos em Euros)

25. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Salários e vencimentos:		
· Remunerações dos órgãos de gestão	302.535	182.980
· Remunerações dos empregados	6.187.608	5.068.296
	<u>6.490.143</u>	<u>5.251.276</u>
Encargos sociais:		
· Segurança Social	1.374.267	1.005.799
· Outros encargos	282.865	490.293
	<u>1.657.132</u>	<u>1.496.092</u>
Outros custos com o pessoal:		
· Bónus aos colaboradores e Conselho de Administração	466.149	767.465
· Indemnizações contratuais	41.995	510.531
· Comparticipação de juros de crédito à habitação	165.040	336.999
· Outros	416.568	329.340
	<u>1.089.752</u>	<u>1.944.335</u>
	<u>9.237.027</u>	<u>8.691.703</u>
	=====	=====

O Banco não assumiu quaisquer encargos com pensões de reforma, para além das contribuições para a Segurança Social.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o número de efectivos ao serviço das empresas do Grupo era o seguinte:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Direcção	1	5
Quadros superiores	20	30
Quadros técnicos	152	91
Administrativos	52	63
	<u>225</u>	<u>189</u>
	===	===

**26. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS**

Nos exercícios de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Serviços especializados:		
· Serviços de gestão em outsourcing ( <i>Ex-Sucursais</i> )	2.160.105	-
· Recuperação de valores e viaturas	2.099.275	1.527.942
· Informática	1.299.829	449.114
· Advocacia	1.028.759	575.696
· Subcontratação de pessoal	845.670	946.880
· Assistência e software	224.255	127.467
· Segurança e vigilância	205.187	207.151
· Outros serviços especializados	1.104.502	647.938
Rendas e alugueres	902.121	918.280
Comunicação	1.833.395	819.836
Publicidade	1.318.322	782.251
Seguros, serviços judiciais e contencioso	893.610	594.015
Conservação e reparação	509.280	431.362
Avenças e honorários	536.233	242.189
Água, energia e combustíveis	374.855	212.535
Deslocações, estadas e representações	287.558	169.637
Material de consumo corrente	343.398	96.117
Encargos com emissão de obrigações	15.000	28.293
Encargos com formação	84.521	34.824
Outros fornecimentos e serviços	443.752	235.609
	-----	-----
	16.509.627	9.047.136
	=====	=====

A evolução observada nas rubricas de "Gastos gerais administrativos" no exercício de 2007 resulta essencialmente da incorporação no Banco do negócio das antigas Sucursais em Portugal do Santander Consumer Finance, S.A. e do Santander Consumer, Establecimiento Financiero de Crédito, S.A., resultado da reorganização verificada na composição da estrutura accionista (Nota 16).

**27. RELATO POR SEGMENTOS**

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a actividade desenvolvida pelo Banco encontra-se organizada de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- **Banca de Retalho:** Inclui a actividade do Banco desenvolvida no âmbito da concessão de crédito nos segmentos de Locação financeira, Aluguer de Longa Duração e Crédito ao consumo, assim como os depósitos captados junto de clientes.
- **Banca Comercial:** Inclui a actividade do Banco desenvolvida nas vertentes de concessão de crédito a empresas para apoio de tesouraria, financiamento à aquisição de stocks e "Factoring".
- **Outros:** Compreende todos os segmentos de actividade não considerados nas linhas de negócio anteriores.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

A distribuição dos resultados por linhas de negócio nos exercícios de 2007 e 2006, foi a seguinte:

	2007				2006			
	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	Total	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	99.213.901	4.083.539	-	103.277.440	65.086.504	3.185.722	-	68.272.226
Juros e encargos similares	(55.141.174)	(4.331.101)	-	(59.472.275)	(33.242.947)	(2.820.447)	-	(36.063.394)
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	2.257	2.257
Rendimentos de serviços e comissões	8.678.549	1.659.479	156.547	10.494.575	1.932.152	1.782.815	120.705	3.835.672
Encargos com serviços e comissões	(2.612.688)	-	-	(2.612.688)	(664.054)	-	(605.989)	(1.270.043)
Resultados em operações financeiras	-	-	(15.340)	(15.340)	-	-	(699.314)	(699.314)
Outros resultados de exploração	697.291	-	1.685.681	2.382.972	408.076	-	1.852.955	2.261.031
Produto da Actividade Bancária	50.835.879	1.391.917	1.826.888	54.054.684	33.519.731	2.146.090	671.614	36.339.435
Outros custos e proveitos	-	-	-	(37.391.808)	-	-	-	(37.391.808)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	16.662.876	-	-	-	12.520.284
Crédito a clientes (líquido)	1.058.995.998	174.892.362	-	1.233.888.360	721.984.796	146.732.366	-	868.717.162
Activo líquido total	1.058.995.998	174.892.362	42.399.819	1.276.288.179	721.984.796	146.779.384	33.074.699	901.838.879
Recursos de outras instituições de crédito	910.325.365	126.547.826	-	1.036.873.191	620.711.690	91.527.585	-	712.239.275
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.116.627	-	-	6.116.627	4.719.101	-	-	4.719.101

## 29. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os saldos registados no balanço e na demonstração dos resultados do Banco que têm origem em operações realizadas com partes relacionadas têm a seguinte composição:

Entidades do Grupo Santander:

	2007					Total
	Santander Consumer Finance S.A.	Banco Santander Totta, S.A.	Multirent S.A.	Isban PT - Engenharia e Software Bancário, S.A.	Isban SL (Espanha)	
<b>Balanço</b>						
<b>Activos</b>						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	109.010	-	-	-	-	109.010
Crédito a clientes	-	-	14.441	-	-	14.441
Outros activos	-	-	271.103	-	-	271.103
<b>Passivos</b>						
Recursos de outras Instituições de Crédito	(960.204.848)	(76.668.343)	-	-	-	(1.036.873.191)
Recursos de clientes	-	-	(22.694)	-	-	(22.694)
Empréstimos subordinados	(15.192.058)	-	-	-	-	(15.192.058)
Outros passivos						
Encargos a pagar	-	-	-	(64.851)	(266.755)	(331.606)
<b>Demonstração dos resultados</b>						
Juros e encargos similares	(36.376.053)	(1.979.486)	-	-	-	(38.355.539)
Outros resultados de exploração	-	-	276.004	-	-	276.004
Gastos gerais administrativos	-	-	-	(683.542)	(266.755)	(950.297)

(Montantes expressos em Euros)

	2006			Total
	Santander Consumer Finance S.A.	Banco Santander Totta, S.A.	Multirent, S.A.	
<b>Balanço</b>				
<i>Activos</i>				
Crédito a clientes	-	-	151.941	151.941
Outros activos	-	-	178.057	178.057
<i>Passivos</i>				
Recursos de outras Instituições de Crédito	(687.857.875)	(24.380.930)	-	(712.238.805)
Recursos de clientes	-	-	(440.697)	(440.697)
Empréstimos subordinados	(15.169.456)	-	-	(15.169.456)
<b>Demonstração dos resultados</b>				
Juros e rendimentos similares	-	-	789.043	789.043
Juros e encargos similares	(21.147.247)	-	-	(21.147.247)
Outros resultados de exploração	-	-	87.160	87.160
Gastos gerais administrativos	(19.914)	-	-	(19.914)

Membros do Conselho de Administração

Nenhum dos membros do Conselho de Administração contraiu créditos junto das entidades do Grupo nem adquiriu títulos representativos do respectivo capital social.

30. GESTÃO DE RISCOPolíticas de gestão de risco

As políticas de gestão de risco implementadas pelo Banco no âmbito da sua actividade encontram-se descritas em maior detalhe no âmbito da secção "Risco de Crédito" do Relatório do Conselho de Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco de incumprimento das contrapartes com as quais o Banco mantém posições abertas em instrumentos financeiros, enquanto entidade credora.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006  
 (Montantes expressos em Euros)

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a exposição máxima a risco de crédito apresenta o seguinte detalhe:

	2007			
	Valor nominal	Valor de balanço bruto	Imparidade e Provisões	Valor de balanço líquido
<i>Patrimoniais</i>				
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	6.637.865	6.637.865	-	6.637.865
Crédito a clientes	1.246.340.838	1.249.049.625	(36.867.214)	1.212.182.411
	<u>1.252.978.703</u>	<u>1.255.687.490</u>	<u>(36.867.214)</u>	<u>1.218.820.276</u>
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Garantias prestadas	2.176.894	2.176.894	(21.769)	2.155.125
Compromissos Irrevogáveis	246.751.595	246.751.595	(40.461)	246.711.134
	<u>248.928.489</u>	<u>248.928.489</u>	<u>(62.230)</u>	<u>248.866.259</u>
	2006			
	Valor nominal	Valor de balanço bruto	Imparidade e Provisões	Valor de balanço líquido
<i>Patrimoniais</i>				
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	3.656.927	3.656.927	-	3.656.927
Crédito a clientes	870.730.095	872.429.527	(14.902.795)	857.526.732
	<u>874.387.022</u>	<u>876.086.454</u>	<u>(14.902.795)</u>	<u>861.183.659</u>
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Garantias prestadas	773.137	773.137	(7.731)	765.406
Compromissos Irrevogáveis	3.059.913	3.059.913	(36.347)	3.023.566
	<u>3.833.050</u>	<u>3.833.050</u>	<u>(44.078)</u>	<u>3.788.972</u>

Qualidade de crédito dos activos financeiros

O acompanhamento e monitorização dos processos de gestão do risco de crédito do Banco é assegurado por uma estrutura interna com competências atribuídas para o efeito, sendo efectuada ao nível da concessão, acompanhamento e recuperação de operações de crédito a empresas e particulares pela Direcção de Risco e Recuperação. A análise e evolução da actividade da Direcção de Risco e Recuperação é por sua vez avaliada regularmente em Comité de Direcção do Banco.

O processo de concessão de crédito encontra-se suportado em modelos de avaliação de risco desenvolvidos internamente (modelos de "rating" e de "scoring") e complementados, sempre que aplicável, pela avaliação efectuada pela Direcção de Risco aos dados financeiros e económicos do cliente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006  
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a composição das operações de crédito concedido em regime de Vendas a crédito, Locação financeira e Aluguer de longa duração, apresenta o seguinte detalhe, de acordo com o nível de risco atribuído pelo Banco aos clientes no âmbito do processo de decisão da concessão do crédito, em função dos modelos de notação de risco desenvolvidos internamente:

	2007		
	Capital Vincendo	Capital e juros vencidos	Exposição total
<b>Vendas a crédito</b>			
Risco Baixo	449.451.133	12.466.596	461.917.729
Risco Médio	194.309.458	4.212.221	198.521.679
Risco Elevado	30.411.144	1.167.723	31.578.867
Outros	3.093.859	68.765	3.162.624
	<u>677.265.594</u>	<u>17.915.305</u>	<u>695.180.899</u>
<b>Locação financeira</b>			
Risco Baixo	95.195.397	2.855.300	98.050.697
Risco Médio	123.022.165	1.803.089	124.825.254
Risco Elevado	14.189.224	388.483	14.577.707
Outros	790.372	(9.042)	781.330
	<u>233.197.158</u>	<u>5.037.830</u>	<u>238.234.988</u>
<b>Aluguer de longa duração</b>			
Risco Baixo	48.407.667	963.220	49.370.887
Risco Médio	61.881.346	1.453.437	63.334.783
Risco Elevado	10.122.262	188.882	10.311.144
Outros	(11.812)	131.001	119.189
	<u>120.399.463</u>	<u>2.736.540</u>	<u>123.136.003</u>
<b>Total</b>	<u>1.030.862.215</u>	<u>25.689.675</u>	<u>1.056.551.890</u>
	2006		
	Capital Vincendo	Capital e juros vencidos	Exposição total
<b>Vendas a crédito</b>			
Risco Baixo	194.498.426	1.521.269	196.019.695
Risco Médio	168.899.846	2.533.390	171.433.236
Risco Elevado	25.488.419	454.579	25.942.998
Outros	113.409	-	113.409
	<u>389.000.100</u>	<u>4.509.238</u>	<u>393.509.338</u>
<b>Locação financeira</b>			
Risco Baixo	78.385.061	665.917	79.050.978
Risco Médio	127.786.951	1.635.795	129.422.746
Risco Elevado	13.051.717	112.667	13.164.384
Outros	-	-	-
	<u>219.223.729</u>	<u>2.414.379</u>	<u>221.638.108</u>
<b>Aluguer de longa duração</b>			
Risco Baixo	44.701.648	858.656	45.560.304
Risco Médio	49.462.710	1.434.991	50.897.701
Risco Elevado	5.763.183	452.167	6.215.350
	<u>99.927.541</u>	<u>2.745.814</u>	<u>102.673.355</u>
<b>Total</b>	<u>708.151.370</u>	<u>9.669.431</u>	<u>717.820.801</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Outros" respeita essencialmente a rendas de contratos em processo de cobrança através de débito nas contas de depósitos à ordem de clientes, cujo vencimento ocorreu nos últimos dias do exercício.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

Nos exercícios de 2007 e 2006, as operações de crédito concedidas a clientes pelo Banco encontram-se, entre outras, garantidas pelos seguintes tipos de colaterais:

- (i) Garantias bancárias, usualmente associadas a operações de "factoring" com concessionários;
- (ii) Regime de reserva de propriedade em operações de vendas a crédito para aquisição de viaturas;
- (iii) Garantias pessoais (livrança, aval, outros).

Activos financeiros com incumprimento

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor de créditos concedidos a clientes com vencido associado mas sem imparidade atribuída no âmbito da análise individual efectuada pelo Banco, cuja metodologia é descrita na Nota 2.4 d) acima, ascendem a 13.004.934 Euros e 7.581.164 Euros, respectivamente. Os referidos créditos respeitam essencialmente a operações de cessão de facturação de concessionários em regime de "factoring", no âmbito das quais são prestadas garantias bancárias pelos devedores aos aderentes com uma cláusula a favor do Banco. O respectivo montante na data de referência das demonstrações financeiras ascendia a 8.745.000 Euros e 5.911.000 Euros, respectivamente.

Créditos renegociados

De acordo com a política de gestão de risco de crédito do Banco, as operações com valores em incumprimento devido a dificuldades do devedor, cujos termos iniciais de liquidação das responsabilidades sejam alterados em função da capacidade de pagamento do devedor, permanecem registados como crédito vencido até à liquidação integral dos saldos em dívida.

Risco de liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco de o Banco apresentar dificuldades na obtenção dos recursos financeiros de que necessita para cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode consubstanciar-se, por exemplo, na incapacidade de alienar de forma célere um instrumento financeiro por um montante representativo do seu justo valor.

No âmbito das políticas internas do Banco no que respeita à exposição a risco de liquidez, o respectivo acompanhamento e monitorização é assegurado em sede de Comité de Activos e Passivos ("Asset Liabilities Committee" – ALCO). De acordo com os procedimentos em vigor, o financiamento da actividade é preferencialmente assegurado junto do Grupo Santander, dispondo o Banco de limites de descoberto autorizado negociados para este efeito.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os "Cash flows" contratuais não descontados relativos aos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição por intervalos de maturidade:

	2007						Total
	À vista	Até 3 meses	De três meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
<b>Activo</b>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	52.241	-	-	-	-	-	52.241
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.637.865	-	-	-	-	-	6.637.865
Crédito a clientes (Saldos brutos)	24.938.720	214.204.613	314.016.650	509.660.509	246.267.198	104.358.972	1.413.446.662
	<u>31.628.826</u>	<u>214.204.613</u>	<u>314.016.650</u>	<u>509.660.509</u>	<u>246.267.198</u>	<u>104.358.972</u>	<u>1.420.136.768</u>
<b>Passivo</b>							
Recursos de outras Instituições de Crédito	(76.668.342)	(162.800.185)	(297.067.514)	(403.021.542)	(146.040.019)	(15.647.875)	(1.101.245.477)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(6.116.627)	-	-	-	-	-	(6.116.627)
Passivos subordinados	-	(417.083)	(417.251)	(1.544.920)	(1.541.038)	(17.300.255)	(21.220.547)
Outros passivos financeiros	-	(48.777.397)	-	-	-	-	(48.777.397)
Credores por contratos de factoring	-	(583.338)	(2.949.877)	(5.964.984)	(6.489.932)	(2.943.946)	(18.932.077)
Cauções recebidas - contratos de ALD	-	-	-	-	-	-	-
	<u>(82.784.969)</u>	<u>(212.578.003)</u>	<u>(300.434.642)</u>	<u>(410.531.446)</u>	<u>(154.070.989)</u>	<u>(35.892.076)</u>	<u>(1.196.292.125)</u>
Diferencial	<u>(51.156.143)</u>	<u>1.626.610</u>	<u>13.582.008</u>	<u>99.129.063</u>	<u>92.196.209</u>	<u>68.466.896</u>	<u>223.844.643</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

	2006						
	À vista	Até 3 meses	De três meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Activo</b>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	612.908	-	-	-	-	-	612.908
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.656.927	-	-	-	-	-	3.656.927
Crédito a clientes (SalDOS brutos)	17.065.013	106.367.977	84.999.049	240.932.845	356.291.538	186.674.692	992.331.114
	<u>21.334.848</u>	<u>106.367.977</u>	<u>84.999.049</u>	<u>240.932.845</u>	<u>356.291.538</u>	<u>186.674.692</u>	<u>996.600.949</u>
<b>Passivo</b>							
Recursos de outras instituições de Crédito	(24.381.400)	(91.179.811)	(220.117.021)	(332.133.044)	(51.178.912)	-	(718.990.188)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(4.719.101)	-	-	-	-	-	(4.719.101)
Passivos subordinados	-	(322.982)	(365.306)	(1.467.971)	(1.427.817)	(17.995.845)	(21.579.921)
Outros passivos financeiros							
Credores por contratos de factoring	-	(43.787.655)	(410.702)	-	-	-	(44.198.357)
Cauções recebidas - contratos de ALD	(134.420)	(2.182.650)	(5.629.089)	(7.565.838)	(3.404.881)	(755.589)	(19.672.467)
	<u>(29.234.921)</u>	<u>(137.473.098)</u>	<u>(226.522.118)</u>	<u>(341.166.853)</u>	<u>(56.011.610)</u>	<u>(18.751.434)</u>	<u>(809.160.034)</u>
Diferencial	<u>(7.900.073)</u>	<u>(31.105.121)</u>	<u>(141.523.069)</u>	<u>(100.234.008)</u>	<u>300.279.928</u>	<u>167.923.258</u>	<u>167.440.915</u>

Na preparação dos quadros acima foram considerados fluxos de caixa projectados de capital e juros, pelo que os valores apresentados não são directamente comparáveis com os saldos contabilísticos nessas datas.

Adicionalmente, na elaboração da informação apresentada acima, foram igualmente utilizados os seguintes pressupostos:

- Os descobertos em depósitos à ordem de clientes registados na rubrica "Crédito a clientes", foram classificados no intervalo temporal "À vista";
- Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" foram classificados no intervalo temporal "À vista".
- Relativamente a operações cuja remuneração se encontra indexada à Euribor, os fluxos financeiros apresentados foram estimados com base nas taxas de referência em vigor em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, respectivamente.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

**Risco de taxa de juro**Risco de taxa de Juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterarem em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser demonstrada do seguinte modo:

31-12-2007					
	Taxa fixa	Taxa variável	Subtotal	Outros	Total
<b>Activo</b>					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	47.921	4.320	52.241	-	52.241
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.613	6.636.172	6.637.785	-	6.637.785
Crédito a clientes (saldo bruto)	746.444.771	468.049.045	1.214.493.816	56.261.758	1.270.755.574
	<u>746.494.305</u>	<u>474.689.537</u>	<u>1.221.183.842</u>	<u>56.261.758</u>	<u>1.277.445.600</u>
<b>Passivos</b>					
Recursos de outras Instituições de Crédito	(720.197.257)	(299.500.000)	(1.019.697.257)	(17.175.934)	(1.036.873.191)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(4.945.881)	(840.924)	(5.786.805)	(329.822)	(6.116.627)
Passivos subordinados	-	(15.000.000)	(15.000.000)	(192.058)	(15.192.058)
Outros passivos financeiros	(18.932.077)	(48.777.397)	(67.709.474)	-	(67.709.474)
	<u>(744.075.215)</u>	<u>(364.118.321)</u>	<u>(1.108.193.536)</u>	<u>(17.697.814)</u>	<u>(1.125.891.350)</u>
Exposição Líquida	<u>2.419.090</u>	<u>110.571.216</u>	<u>112.990.306</u>	<u>38.563.944</u>	<u>151.554.250</u>
31-12-2006					
	Taxa fixa	Taxa variável	Subtotal	Outros	Total
<b>Activo</b>					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	20.047	592.861	612.908	-	612.908
Disponibilidades em outras instituições de crédito	200.622	3.456.305	3.656.927	-	3.656.927
Crédito a clientes (saldo bruto)	400.856.396	456.064.167	856.920.563	26.699.394	883.619.957
	<u>401.077.065</u>	<u>460.113.333</u>	<u>861.190.398</u>	<u>26.699.394</u>	<u>887.889.792</u>
<b>Passivos</b>					
Recursos de outras Instituições de Crédito	(522.000.000)	(181.381.400)	(703.381.400)	(8.857.875)	(712.239.275)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.620.181)	(1.542.355)	(4.162.536)	(556.565)	(4.719.101)
Passivos subordinados	-	(15.000.000)	(15.000.000)	(169.456)	(15.169.456)
Outros passivos financeiros	(19.672.467)	(44.198.357)	(63.870.824)	-	(63.870.824)
	<u>(544.292.648)</u>	<u>(242.122.112)</u>	<u>(786.414.760)</u>	<u>(9.583.896)</u>	<u>(795.998.656)</u>
Exposição Líquida	<u>(143.215.583)</u>	<u>217.991.221</u>	<u>74.775.638</u>	<u>17.115.498</u>	<u>91.891.136</u>

Na preparação do quadro acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Os recursos de clientes não remunerados foram classificados na coluna de "taxa fixa".
- A coluna "Outros" inclui os seguintes saldos:
  - . Saldo vencidos de crédito concedido a clientes;
  - . Outros valores recebidos ou pagos que se encontram a ser diferidos;
  - . Juros a receber ou a pagar.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2007, o impacto na margem financeira projectada do Banco de uma deslocação paralela das curvas de taxa de juro de 50 e 100 bps (basis point value) que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações da taxa de juro é o seguinte:

	- 50 bp	- 100 bp	+ 50 bp	+ 100 bp
Juros e rendimentos similares	(2.791.759)	(5.583.518)	2.791.759	5.583.518
Juros e encargos similares	2.423.762	4.847.525	(2.423.762)	(4.847.525)
Margem financeira	<u>(367.997)</u>	<u>(735.993)</u>	<u>367.997</u>	<u>735.993</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

Justo Valor

O apuramento do justo valor das operações de crédito concedido a clientes encontra-se dependente de desenvolvimentos ainda em curso nos sistemas de informação do Banco. No entanto, face ao conhecimento das taxas de juro da sua carteira de crédito com referência a 31 de Dezembro de 2007 e das taxas de juro negociadas para as operações contratadas no último trimestre de 2007, o Conselho de Administração estima que o justo valor da carteira de crédito não conduza a menos valias significativas.

Excluindo o crédito concedido, o quadro seguinte apresenta a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado, com referência a 31 de Dezembro de 2007:

	2007		
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	52.241	52.241	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.637.865	6.637.865	-
	<u>6.690.106</u>	<u>6.690.106</u>	-
<u>Passivo</u>			
Recursos de outras instituições de crédito	1.036.873.191	1.035.685.695	(1.187.496)
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.116.627	6.116.627	-
Outros passivos subordinados	15.192.058	15.877.618	685.560
	<u>1.058.181.876</u>	<u>1.057.679.940</u>	<u>(501.936)</u>

Na análise do quadro acima deverão considerar-se os seguintes aspectos:

- Relativamente a saldos de instrumentos financeiros exigíveis a menos de um ano, considerou-se que o valor de balanço constituía uma aproximação fiável do seu justo valor;
- Nas restantes operações com clientes, foram utilizadas as taxas de juro médias praticadas pelo Banco no último trimestre de 2007, para operações com características semelhantes.

30. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de capital realizada pelo Banco no âmbito da sua actividade encontra-se sujeita à disciplina e disposições do Banco de Portugal, enquanto entidade de supervisão do sistema financeiro nacional.

Nesta matéria, as exigências regulamentares em vigor respeitam, entre outros, os requisitos previstos no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, assim como pelos Avisos do Banco de Portugal nº 12/92, de 22 de Dezembro e nº 1/93, de 19 de Maio, e respectivas alterações posteriores. Encontram-se regulados em sede das referidas disposições legais os requisitos e rácios prudenciais a que o Banco deverá atender na definição da sua política de gestão dos elementos patrimoniais, nomeadamente no que respeita à definição de Fundos Próprios (capital regulamentar) e respectiva ponderação face ao valor dos activos e elementos extrapatrimoniais da instituição ponderados por factores de risco (rácio de solvabilidade), o qual não deverá ser inferior a 8%.

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2007, o apuramento do rácio de solvabilidade consolidado do Banco apresenta a seguinte composição:

Capital realizado	66.592.947
Prémios de emissão	12.790.664
Reservas legais, estatutárias e outras	8.798.829
Resultados transitados, corrigidos pelo efeito da imparidade	18.388.975
Outras deduções líquidas aos Fundos Próprios de Base	(1.163.068)
Fundo próprios de Base elegíveis (1)	<u>105.408.347</u>
Empréstimos subordinados	15.000.000
Outras deduções	(847.148)
Fundo próprios complementares elegíveis (2)	<u>14.152.852</u>
Fundos próprios elegíveis (1+2)	<u><b>119.561.199</b></u>
Requisitos de Fundos próprios	<u><b>100.234.410</b></u>
Rácio de solvabilidade	<u>9,54%</u>



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do  
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Ao longo do exercício de 2007 acompanhamos a evolução da actividade e os negócios do Banco e das suas subsidiárias, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração, dos diversos serviços do Banco e dos órgãos sociais das suas subsidiárias, as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007, as Demonstrações dos resultados consolidados, de alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados e as respectivas notas anexas, bem como o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data. Adicionalmente, emitimos a Certificação Legal das Contas, a qual não contém reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 12 de Maio de 2008

  
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### CONTAS CONSOLIDADAS

#### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007, que evidencia um total de 1.276.288.179 Euros e capital próprio de 125.230.595 Euros, incluindo um resultado líquido de 16.662.876 Euros, as Demonstrações dos resultados consolidados, de alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

#### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

#### **Âmbito**

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311  
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa  
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt  
• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of  
Deloitte Touche Tohmatsu

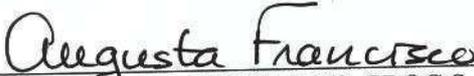
## Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2007, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (Nota 2).

## Ênfase

5. As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, apresentadas para dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas, foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na Certificação Legal das Contas datada de 7 de Maio de 2007, continha três ênfases não aplicáveis ao exercício de 2007. Estas demonstrações financeiras não são directamente comparáveis com as relativas ao exercício de 2007, face à incorporação no Banco dos activos e passivos das Sucursais em Portugal do Santander Consumer, no âmbito de um aumento de capital do Banco ocorrido em 2 de Janeiro de 2007 (Nota 16).

Lisboa, 12 de Maio de 2008

  
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco